

MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO Nº [●]/2018 TENDO POR OBJETO A IMPLANTAÇÃO, EM ÁREAS PÚBLICAS CIRCUNSCRITAS E LINDEIRAS AO RODOANEL MÁRIO COVAS (SP-021) E EM EVENTUAIS ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, DE ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS E POSTOS DE ABASTECIMENTO E DE SERVIÇOS, ALÉM DE OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS, CONTEMPLANDO A AUTORIZAÇÃO, À CONCESSIONÁRIA, DE IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS, EXCLUSIVOS PARA O MODELO DE CONCESSÃO.

Aos [●], de [●], de 2018, comparecem, de um lado, o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, na condição de PODER CONCEDENTE, neste ato representado pelo [●] (qualificação), doravante designado CONTRATANTE, e, de outro lado, a SPE [●], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº [●], doravante designado CONTRATADA, neste ato representado por [●] (qualificação) e na qualidade de INTERVENIENTE-ANUENTE [●], neste ato representado por [●] (qualificação) assumem todas as obrigações dele decorrentes, e CONSIDERANDO QUE:

A. O Complexo Rodoviário Rodoanel Mário Covas consiste em eixo rodoviário que interliga os principais corredores de acesso à região metropolitana de São Paulo compostos pelas rodovias Bandeirantes, Anhanguera, Castello Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias;

B. O atual cronograma prevê que as obras civis do trecho norte do Complexo Rodoviário Rodoanel Mário Covas serão concluídas em duas fases, sendo a primeira em [●]/[●]/2018 e a segunda em [●]/[●]/2018, perfazendo [●] km de extensão total sem a oferta de Área de Descanso para caminhoneiros e Postos de Abastecimento e Serviços;

C. O Poder Concedente decidiu conceder à iniciativa privada o direito de uso e exploração de ÁREAS PÚBLICAS de titularidade do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, nas quais se impõe a realização de investimentos obrigatórios para dotar o Complexo Rodoviário Rodoanel Mário Covas de infraestrutura de apoio

aos seus usuários com a implantação de Área de Descanso para caminhoneiros e Postos de Abastecimento e Serviços;

D. O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED, criado pela Lei nº 9.361, de 5 de julho de 1996, em reunião ordinária, ocorrida em 18 de agosto de 2017, aprovou o modelo de CONCESSÃO, bem como autorizou a realização de Audiência Pública;

E. O projeto foi apresentado à sociedade em Audiência Pública realizada no dia 24 de outubro de 2017, no município de São Paulo, previamente comunicada por publicação no DOE/SP de 06/10/2017, por divulgação nos sítios eletrônicos www.parcerias.sp.gov.br e www.artesp.sp.gov.br, bem como em jornais de grande circulação: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Valor Econômico. A gravação do áudio da audiência pública está disponível no sítio www.artesp.sp.gov.br.

F. O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED, na 230ª reunião extraordinária realizada no dia 05/12/2017, autorizou a divulgação dos elementos pertinentes em Consulta Pública, conforme publicação no DOE/SP de 24 de fevereiro de 2018;

G. As minutas de EDITAL DE LICITAÇÃO e CONTRATO foram submetidas à consulta pública, com aviso publicado no DOE, no dia [●]/[●]/2018, e disponibilizados a todos os interessados no sítio eletrônico www.artesp.sp.gov.br, durante o período de [●] de [●] a [●] de [●] de 2018;

H. Após a análise de todas as contribuições recebidas em sede de Audiência e Consulta Pública, os ajustes necessários foram realizados e as contribuições pertinentes foram inseridas nos documentos finais e aprovadas pelo CONSELHO DIRETOR da ARTESP em sua [●] Reunião realizada em [●]/[●]/2018;

I. A presente Licitação está em consonância com o disposto no Decreto nº [●], de [●] de [●] de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de [●] de [●] de 2018, o qual tornou sem efeito o Decreto Estadual nº 55.498/2010 e deu providências correlatas para autorização de acessos na Rodovia SP 021 a áreas destinadas à implantação e exploração de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços;

J. A CONCESSÃO de direito de uso e exploração de BEM PÚBLICO foi aprovada pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização em [●] de [●] de 2018, no âmbito de sua [●] Reunião Ordinária.

K. Foi celebrado Termo de Cooperação nº [●] de 2018, nos termos do quanto previsto no Decreto Estadual 59.215/2013, art.4º, entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER titular das áreas que serão concedidas;

L. A CONCESSÃO foi definitivamente aprovada pelo Secretário de Governo do Estado de São Paulo, no uso das competências que lhe foram outorgadas por meio do Decreto Estadual n.º 42.817/1998, bem como pelo Decreto Estadual n.º 56.635/2011.

M. Nos termos do artigo 19, inciso V da Constituição do Estado de São Paulo, segundo o qual compete à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo dispor, com a sanção do Governador, sobre a autorização para a cessão ou CONCESSÃO de uso de bens imóveis do Estado para particulares, foi sancionada a Lei Estadual n.º [●]/2018, por meio da qual foi autorizada a concessão do direito de uso e exploração das ÁREAS PÚBLICAS.

N. Motivada nas decisões retro mencionadas, a ARTESP, no exercício das competências outorgadas pela Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002, e reproduzidas no Decreto nº [●].[●], de [●] de [●] de 2018, bem como no Decreto nº [●].[●], de [●] de [●] de 2018, realizou regular licitação na modalidade de Concorrência Nacional, tendo seu resultado sido homologado por ato publicado no D.O.E de [●] e seu objeto adjudicado ao [LICITANTE VENCEDOR], por ato publicado no D.O.E, edição de [●];

O. Como condição para a assinatura do presente CONTRATO a LICITANTE VENCEDORA constituiu uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE e atendeu, devida e tempestivamente, às demais obrigações necessárias; e

As PARTES, acima qualificadas, resolvem, de comum acordo, firmar o presente CONTRATO DE CONCESSÃO, que será regido pelas cláusulas e condições aqui previstas.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	6
CLÁUSULA 1. ^a - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
CLÁUSULA 2. ^a - INTERPRETAÇÃO	12
CAPÍTULO II – OBJETO DA CONCESSÃO.....	13
CLÁUSULA 3. ^a - OBJETO DA CONCESSÃO	13
CLÁUSULA 4. ^a – TRANSFERÊNCIA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO	14
CAPÍTULO III – PRAZO DA CONCESSÃO	14
CLÁUSULA 5. ^a - PRAZO DA CONCESSÃO	14
CAPÍTULO IV – BENS DA CONCESSÃO	15
CLÁUSULA 6. ^a - BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	15
CAPÍTULO V – DA CONTRATADA.....	16
CLÁUSULA 7. ^a – DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE).....	16
CLÁUSULA 8. ^a – ESTATUTOS SOCIAIS	17
CLÁUSULA 9. ^a – FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES	18
CAPÍTULO VI – LICENÇAS.....	20
CLÁUSULA 10. - LICENÇAS	20
CAPÍTULO VII – FINANCIAMENTO	21
CLÁUSULA 11. - OBTENÇÃO DO FINANCIAMENTO	21
CAPÍTULO VIII – INVESTIMENTOS E PROJETOS	22
CLÁUSULA 12 – DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS DA CONCESSÃO	22
CLÁUSULA 13 – DO PLANEJAMENTO, DOS PROJETOS E DAS OBRAS.....	22
CLÁUSULA 14 – OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS INVESTIMENTOS.....	22
CLÁUSULA 15 – CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS.....	25
CAPÍTULO IX – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ÁREAS EXPLORADAS	26
CLÁUSULA 16 – DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.....	26
CAPÍTULO X – RISCOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	28
CLÁUSULA 17. - RISCOS DA CONTRATADA	28
CLÁUSULA 18 – RISCOS DO PODER CONCEDENTE	32
CLÁUSULA 19. - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	34
CAPÍTULO XI – RECEITAS ACESSÓRIAS	37
CLÁUSULA 20. - FONTES ACESSÓRIAS DE RECEITA	37

CAPÍTULO XII – GARANTIAS E SEGUROS.....	39
CLÁUSULA 21 – DAS GARANTIAS	39
CLÁUSULA 22 – SEGUROS	43
CAPÍTULO XIII – RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS (SUBCONTRATAÇÃO)	48
CLÁUSULA 26 - SUBCONTRATAÇÃO DE PROJETOS, CONSTRUÇÃO DE OBRAS E DE OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITA	49
CLÁUSULA 27. - CONTRATOS COM TERCEIROS.....	49
CAPÍTULO XIV – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO	49
CLÁUSULA 28. - CASOS DE EXTINÇÃO	49
CLÁUSULA 29. - ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL.....	50
CLÁUSULA 30. - RESCISÃO	50
CLÁUSULA 31 – ANULAÇÃO	51
CLÁUSULA 32 – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONTRATADA	51
CAPÍTULO XV – REVERSÃO DOS BENS	52
CLÁUSULA 33. - REVERSÃO DOS BENS.....	52
CLÁUSULA 31 – DA DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO	53
CAPÍTULO XVI – SANÇÕES E PENALIDADES	55
CLÁUSULA 32. – SANÇÕES E PENALIDADES.....	55
CAPÍTULO XVII – PAGAMENTOS	56
CLÁUSULA 33. – OUTORGA FIXA	56
CLÁUSULA 34 – ÔNUS VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	57
CAPÍTULO XVIII – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	57
CLÁUSULA 35. - OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE E DA CONTRATANTE	57
CLÁUSULA 36. - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	59
CAPÍTULO XIX – DISPOSIÇÕES DIVERSAS	63
CLÁUSULA 37. - CONTAGEM DE PRAZOS	63
CLÁUSULA 38. - EXERCÍCIO DE DIREITOS.....	64
CLÁUSULA 39. - INVALIDADE PARCIAL.....	64
CAPÍTULO XX – INTERVENIENTES-ANUENTES	64
CLÁUSULA 40. - RESPONSABILIDADE	64

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Neste CONTRATO e nos seus ANEXOS, sempre que em maiúsculas, e salvo se do contexto resultar claramente sentido diferente, os termos a seguir indicados terão o seguinte significado:

I. ACESSO - Via que permite a passagem de veículos da rodovia para as Áreas de Descanso para Caminhoneiros com Posto de Abastecimento e de Serviços e vice-versa.

II. ADJUDICATÁRIO – LICITANTE vencedor do processo licitatório, ao qual será adjudicado o objeto da licitação;

III. ÁREAS EXPLORADAS - Conjunto de áreas exploradas pela CONCESSIONÁRIA formado pelas ÁREAS PÚBLICAS e, eventualmente, pelas ÁREAS PRIVADAS adjacentes.

IV. ÁREAS PRIVADAS - Área privada adjacente à ÁREA PÚBLICA, que poderá ser explorada pela CONCESSIONÁRIA, para a implementação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e/ou ADICIONAIS.

V. ÁREAS PÚBLICAS - Conjunto de áreas públicas descritas no ANEXO I do EDITAL, a serem concedidas em 2 (dois) LOTES.

VI. ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 914/2002, de 22/01/02, que figura no CONTRATO como contratante;

VII. BEM PÚBLICO CONCEDIDO – conjunto das ÁREAS PÚBLICAS objeto da CONCESSÃO, totalizando 1.200 m² (1.200 metros quadrados) para o LOTE 1 e 1.200 m² (1.200 metros quadrados) para o LOTE 2, sendo delimitadas pelo perímetro descrito e detalhado no ANEXO I deste EDITAL;

VIII. BENS REVERSÍVEIS - São os bens vinculados à CONCESSÃO, adquiridos, construídos ou incorporados pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO, indispensáveis à implementação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS e INVESTIMENTOS ADICIONAIS nas ÁREAS PÚBLICAS, se for o caso, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a permitir a continuidade da respectiva exploração. Considera-se também para todos os efeitos, BENS REVERSÍVEIS, as ÁREAS PRIVADAS em que tenham sido implementados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

IX. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (COMISSÃO) – comissão designada pela Resolução [•], de [•] de [•] de [•], publicada no DOE de [•] de março de [•], responsável pela condução deste procedimento licitatório;

X. CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO (CONCESSÃO) – delegação do direito de uso e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, tendo por objeto a implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO, sendo obrigação da CONCESSIONÁRIA realizar as atividades de implantação, operação e manutenção em todas as ÁREAS EXPLORADAS;

XI. CONCESSIONÁRIA – sociedade anônima, com o fim específico e exclusivo de uso e de exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

XII. CONSÓRCIO – grupo de pessoas jurídicas que se unem objetivando agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na LICITAÇÃO;

XIII. CONTRATANTE – o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP;

XIV. CONTRATO – instrumento jurídico responsável por disciplinar os direitos e obrigações das partes no âmbito desta CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO, nos termos da minuta constante do ANEXO II;

XV. CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO - Cronograma integrante do PLANO DE INVESTIMENTO, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, bem como o detalhamento dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS que poderão ser implementados pela CONCESSIONÁRIA.

XVI. EDITAL – o presente instrumento convocatório e seus Anexos, regulador dos termos e condições desta LICITAÇÃO;

XVII. EVENTO DE DESEQUILÍBRIO - Evento, ato ou fato, que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, e que enseje o direito à recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro na exata medida do desequilíbrio, correspondente ao prejuízo efetivamente comprovado.

XVIII. EVTE - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico - Financeira, que apresenta os valores e anos contratuais dos investimentos que comporão o PLANO DE INVESTIMENTOS, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e suas consequências, nos termos deste CONTRATO.

XIX. FATURAMENTO BRUTO – conjunto de todas as receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA na exploração do objeto da CONCESSÃO, inclusive com a comercialização de “naming rights”, excetuadas, exclusivamente, as receitas financeiras;

XX. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO – a garantia a ser prestada pela CONCESSIONÁRIA de forma a garantir o fiel cumprimento de suas obrigações previstas no CONTRATO;

XXI. GARANTIA DE PROPOSTA (BID/BOND) – garantia fornecida por cada LICITANTE para participar da LICITAÇÃO, de modo a assegurar a manutenção da proposta apresentada, em todos os seus termos, respeitado o disposto neste EDITAL;

XXII. HABILITAÇÃO – fase do procedimento licitatório destinada à comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação técnica e da qualificação econômico-financeira do LICITANTE;

XXIII. INTERFERÊNCIAS - Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura urbana, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que possam vir a interferir ou sofrer interferência direta ou indireta com as atividades a cargo da Concessionária.

XXIV. INVENTÁRIO DOS BENS REVERSÍVEIS - Inventário dos BENS REVERSÍVEIS a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO em consonância com todos os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, os quais deverão ser realizados por meio de vídeo registro, conforme especificações do ANEXO IV do Edital.

XXV. INVESTIMENTOS – investimentos previstos pelo LICITANTE em sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

XXVI. INVESTIMENTOS ADICIONAIS - Investimentos Adicionais, com vistas a implementar negócios adicionais, que poderão ser realizados opcionalmente pela CONCESSIONÁRIA, nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS, além dos

INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, nos termos do CONTRATO e do ANEXO IV do EDITAL.

XXVII. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS - São os investimentos a serem implementados obrigatoriamente pela CONCESSIONÁRIA nas ÁREAS PÚBLICAS e eventualmente nas ÁREAS PRIVADAS, os quais estão previstos no ANEXO IV do CONTRATO.

XXVIII. INVESTIMENTO ESTIMADO MÍNIMO – R\$ [•] ([•] de reais), calculado com base nos custos estimados necessários para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mínimos previstos no ANEXO IV;

XXIX. LICITAÇÃO – o procedimento licitatório disciplinado por este EDITAL, cujo objetivo consiste em selecionar, entre as propostas apresentadas, a que melhor atenda ao interesse do PODER CONCEDENTE, com base nos critérios previstos neste EDITAL;

XXX. LICITANTE – pessoa jurídica que concorre à LICITAÇÃO, isoladamente ou reunida em CONSÓRCIO.

XXXI. LOTES - Lotes 1 e 2, para cada qual será celebrado 1 (um) CONTRATO DE CONCESSÃO.

XXXII. LOTE 1 - Lote composto pelas seguintes áreas públicas descritas no ANEXO I do EDITAL, a serem concedidas: Trecho Norte no Km 156, pista interna, área de 43 mil m² e Trecho Oeste no Km 9+800, pista externa, área de 206 mil m².

XXXIII. LOTE 2 - Lote composto pelas seguintes áreas públicas descritas no ANEXO I do EDITAL, a serem concedidas: Trecho Sul no Km 38+500, pista interna (obrigatório), área de 25 mil m², Trecho Sul no Km 38+500, pista externa (opcional), área de 25 mil m² e Trecho Leste no Km 108, pista externa, área de 28 mil m².

XXXIV. MAIOR OFERTA – critério de julgamento desta LICITAÇÃO, correspondente ao maior valor oferecido para a OUTORGA FIXA;

XXXV. MARCOS CONTRATUAIS - Conjunto de eventos iniciais, intermediários e finais, previstos no ANEXO IV para o cumprimento dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, bem como aqueles definidos nos PLANOS DE INVESTIMENTOS ADICIONAIS.

XXXVI. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO – É o conjunto de informações técnicas e operacionais apresentado pelo LICITANTE, que demonstrará como pretende

implementar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS objeto da presente CONCESSÃO e eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS;

XXXVII. NEGÓCIOS ADICIONAIS - Empreendimentos Comerciais não obrigatórios, geradores de RECEITAS ACESSÓRIAS implantados pela CONCESSIONÁRIA.

XXXVIII. NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITA - Compreendem os NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS e os NEGÓCIOS ADICIONAIS.

XXXIX. NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS - Empreendimentos Comerciais geradores da RECEITA PRINCIPAL, a serem obrigatoriamente implementados e explorados pela CONCESSIONÁRIA conforme estabelecido Edital e seus Anexos.

XL. ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO - Valor correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do FATURAMENTO BRUTO mensal auferido pela CONCESSIONÁRIA, excetuada a receita decorrente da comercialização de combustíveis, a ser pago mensalmente à ARTESP em função das atividades de sua competência realizadas;

XLI. ÔNUS VARIÁVEL – valor mensal variável a ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) de seu FATURAMENTO BRUTO, excetuada a receita decorrente da exploração de comercialização de combustíveis;

XLII. OUTORGA FIXA – valor que a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE, de acordo com o oferecido em sua PROPOSTA COMERCIAL, pelo uso e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, respeitado o valor mínimo de R\$ [•] ([•] de reais), e sem prejuízo do pagamento do ÔNUS VARIÁVEL;

XLIII. OUTORGA FIXA MÍNIMA – R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 1 e R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 2;

XLIV. PLANO DE GARANTIAS - Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA como condição para assinatura do CONTRATO, contendo a relação de todas as garantias que deverão, obrigatoriamente, ser prestadas pela CONCESSIONÁRIA, como forma de assegurar, incondicionalmente, o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do escopo do CONTRATO DE CONCESSÃO, e que será passível de revisão, conforme o regramento do CONTRATO.

XLV. PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO - Documento apresentando pela CONCESSIONÁRIA, como condição para a assinatura do CONTRATO, composto pelas obras e investimentos obrigatórios.

VLVI. PLANO DE INVESTIMENTO ADICIONAL - Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à ARTESP para a implementação de INVESTIMENTOS ADICIONAIS. Cada PLANO DE INVESTIMENTO ADICIONAL deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.

XLVII. PLANO DE SEGUROS - Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.

XLVIII. PODER CONCEDENTE – o Estado de São Paulo;

XLIX. PROPOSTA – o conjunto de documentos entregues por cada LICITANTE neste processo licitatório, englobando a GARANTIA DE PROPOSTA, a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, a PROPOSTA COMERCIAL, e os documentos para HABILITAÇÃO;

L. PROPOSTA COMERCIAL - proposta financeira referente ao valor da OUTORGA FIXA a ser paga pela CONCESSIONÁRIA, ofertada pelo LICITANTE, de acordo com o modelo constante no ANEXO V;

LI. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com a administração pública;

LII. RECEITAS - Recursos auferidos pela CONCESSIONÁRIA decorrentes da exploração de NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS nas ÁREAS EXPLORADAS, observando a legislação aplicável.

LIII. RECEITAS ACESSÓRIAS - Compreendem todas as receitas auferidas nas áreas exploradas, excluída a RECEITA PRINCIPAL e a RECEITA FINANCEIRA.

LIV. RECEITA FINANCEIRA - Os juros e valores recebidos, os descontos obtidos, o lucro na operação de reporte e o prêmio de resgate de títulos de qualquer natureza, fundos ou debêntures e os rendimentos nominais relativos a quaisquer aplicações financeiras, auferidos pela Concessionária no período de apuração.

LV. RECEITA PRINCIPAL - Receita decorrente da exploração dos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS.

LVI. SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) – pessoa jurídica a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO, sob a forma de sociedade anônima, nos prazos e condições estabelecidos no EDITAL e no CONTRATO, com a finalidade de explorar o objeto da CONCESSÃO.

LVII. SUBCONTRATAÇÃO - Contratação de terceiro à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO.

LVIII. SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA - Hipótese facultada ao LICITANTE para a comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para a realização de investimentos, mediante a celebração de contrato com entidade que detenha a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA pertinente ao empreendimento, conforme requisitos definidos neste EDITAL;

LVIX. TERMO DE DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO – documento emitido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA ao término da CONCESSÃO, atestando o estado de conservação e manutenção do BEM PÚBLICO CONCEDIDO;

LX. TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO – documento emitido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, após a assinatura do CONTRATO, autorizando a sua imissão na posse do imóvel;

LXI. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO – R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 1 e R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 2, calculado com base nos custos estimados necessários para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mínimos, previstos no ANEXO IV, e na OUTORGA FIXA MÍNIMA dos respectivos LOTES;

LXII. VISITA TÉCNICA – vistoria da área que integra o BEM PÚBLICO CONCEDIDO;

CLÁUSULA 1.^a - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. A CONCESSÃO reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, pela Lei Estadual nº Lei Estadual nº 14.944, de 09 de janeiro de 2013, pela Lei Estadual nº 10.177, de 31 de dezembro de 1998 e pelas demais normas regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA 2.^a - INTERPRETAÇÃO

2.1. As divergências que porventura venham a existir relativamente à aplicação das disposições contratuais, resolver-se-ão de acordo com os seguintes critérios:

- a. considerar-se-á, em primeiro lugar, o EDITAL de Concorrência;
- b. em segundo lugar, considerar-se-ão as cláusulas do CONTRATO;

2.2. A CONTRATADA estará sempre vinculada ao disposto nos instrumentos convocatórios da LICITAÇÃO, à METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, a este CONTRATO e à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que disser respeito ao uso e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

CAPÍTULO II – OBJETO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 3.^a - OBJETO DA CONCESSÃO

3.1. A presente CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO terá por objeto a implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO.

3.2. As áreas objeto da CONCESSÃO totalizam m² () para o LOTE 1 e m² () para o LOTE 2, sendo delimitadas pelo perímetro descrito e detalhado no ANEXO I do EDITAL.

3.3. O uso e a exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO deverão obedecer às normas, padrões e procedimentos dispostos no EDITAL, nos seus Anexos e neste CONTRATO.

3.4. Realizados os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e respeitados os requisitos técnicos mínimos previstos no ANEXO IV do EDITAL, a CONTRATADA poderá utilizar opcionalmente a área restante do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, bem como ÁREAS PRIVADAS adjacentes às ÁREAS PÚBLICAS, para a implantação de INVESTIMENTOS ADICIONAIS conforme o seu exclusivo interesse, desde que tais atividades sejam compatíveis com o uso previsto nesta CONCESSÃO, com as posturas municipais que regem a matéria, e não violem as vedações previstas no ANEXO IV do EDITAL e neste CONTRATO.

3.5. As receitas a serem percebidas pela CONTRATADA decorrerão dos valores auferidos em razão do uso do BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente da ÁREA PRIVADA explorada, bem como pelas receitas acessórias mencionadas na Cláusula 20 deste CONTRATO.

3.6. Todos os bens imóveis ou móveis incorporados pela CONTRATADA no BEM PÚBLICO CONCEDIDO, por acessão física ou intelectual, reverterão ao patrimônio público ao final da CONCESSÃO, assim como todas as benfeitorias, ainda que úteis ou necessárias, sem direito a indenização por bens móveis ou imóveis ainda não depreciados quando do termo final da CONCESSÃO.

3.7. A transferência, a qualquer título, da CONCESSÃO, somente poderá ser feita com a prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE.

3.8. O uso e a exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO deverão atender, durante todo o prazo da CONCESSÃO, aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no ANEXO IV do EDITAL.

3.9. Durante todo o prazo contratual, a CONTRATADA deverá manter, em sua estrutura organizacional, os responsáveis técnicos exigidos na legislação vigente, para a fiel execução das obras e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

CLÁUSULA 4.^a – TRANSFERÊNCIA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO

4.1. O BEM PÚBLICO CONCEDIDO será transferido para a CONTRATADA em até **05** dias, contados da data de celebração deste CONTRATO, mediante a assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO, tornando-se, daí em diante, até a extinção da CONCESSÃO, de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a posse e o uso do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, obedecidas as disposições do EDITAL e deste CONTRATO.

CAPÍTULO III – PRAZO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 5.^a - PRAZO DA CONCESSÃO

5.1. O prazo da CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos, sendo admitida a sua prorrogação nos casos previstos contratualmente.

5.2. O prazo da CONCESSÃO será contado a partir da data da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO e se encerrará com a formalização do respectivo TERMO DE DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

CAPÍTULO IV – BENS DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 6.^a - BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

6.1. Integram a CONCESSÃO:

I. As áreas indicadas e delimitadas no ANEXO I do EDITAL para os LOTES 1 e 2.

II. Todos os bens adquiridos, incorporados, elaborados ou construídos pela CONCESSIONÁRIA ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO vinculados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS.

6.1.1. Integram a CONCESSÃO, para os fins previstos na Cláusula 6.1, inciso II, deste CONTRATO, todos os bens móveis necessários à continuidade da exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, da forma como explorado pela CONTRATADA.

6.1.2. Integram ainda a CONCESSÃO, para os fins previstos na Cláusula 6.1, inciso II, deste CONTRATO, todos os investimentos realizados pela CONTRATADA e tidos por obrigatórios no ANEXO IV do EDITAL.

6.2. A CONTRATADA somente poderá alienar os bens móveis que integram a CONCESSÃO se proceder a sua imediata substituição por outros com condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores às dos substituídos.

6.2.1. Qualquer alienação ou aquisição de bens móveis que a CONTRATADA pretenda realizar, nos últimos 2 (dois) anos do prazo da CONCESSÃO, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.

6.2.1.1. O CONTRATANTE se pronunciará, por escrito, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias, sobre a solicitação da CONTRATADA, entendendo-se, no silêncio do CONTRATANTE, ter sido conferida a autorização solicitada.

6.3. Todos os bens da CONCESSÃO ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela CONTRATADA durante a CONCESSÃO de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de indenização no advento do termo contratual.

6.3.1. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, a amortização dos investimentos da CONTRATADA será calculada segundo o critério financeiro, considerando-se como premissa a amortização integral dos investimentos ao final da CONCESSÃO.

CAPÍTULO V – DA CONTRATADA

CLÁUSULA 7.^a – DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE)

7.1. Em até 07 (sete) dias úteis anteriores à data da assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA se constituirá em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), com finalidade única de explorar a CONCESSÃO, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades e com sede no Estado de São Paulo.

7.1.1. A SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) deverá assumir a forma de sociedade anônima, na conformidade da lei brasileira, devendo submeter-se ao regime da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais dispositivos legais, sendo os estatutos e a composição acionária aqueles previstos no contrato de constituição do CONSÓRCIO, que houverem sido indicados no decorrer da LICITAÇÃO.

7.1.1.1. O Estatuto Social da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) deverá contemplar cláusula que:

- a. vede alteração do objeto social da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE);
- b. vede alteração da composição do seu controle acionário até dois anos após a assinatura do CONTRATO;
- c. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE quaisquer operações que importem em modificação da composição do seu controle acionário, seja ele direto ou indireto, observado a alínea “b” acima;
- d. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, que contenham dispositivo de conversão em ações ou que tenham como garantia ações integrantes do Grupo Controlador;
- e. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE a contratação de empréstimos ou obrigações com terceiros ou com instituições financeiras no Brasil ou no exterior, que tenham como garantia direitos emergentes da CONCESSÃO ou ações integrantes do Grupo Controlador;

- f. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE a contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do CONTRATO;
- g. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE qualquer acordo de acionistas e suas alterações;
- h. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE as operações de fusão, associação, incorporação ou cisão.

7.1.1.2 O percentual de participação de cada empresa consorciada no capital da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) deverá ser idêntico àquele previsto no CONSÓRCIO.

7.2. O CONSÓRCIO se extinguirá após a formalização da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), mediante expressa anuência do CONTRATANTE.

7.2.1. Após a formalização da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), esta deverá celebrar Termo Aditivo a este CONTRATO, sub-rogando-se na posição contratual do CONSÓRCIO e das empresas que o compõem, passando a figurar, consequentemente, para todos os fins previstos neste CONTRATO, na condição de CONTRATADA.

7.3. No mesmo prazo previsto no item 7.1, após a assinatura deste CONTRATO, a empresa isolada vencedora do certame social deverá criar subsidiária integral formalizando SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), sob a forma de sociedade anônima, mantendo o mesmo controle acionário preexistente e obedecendo às exigências desta cláusula.

7.4. Na hipótese do não cumprimento da obrigação referida nos itens 7.1 ou 7.3, no prazo ali previsto, o CONTRATO será rescindido e a CONTRATADA estará sujeita à multa correspondente a 10% (dez por cento) do VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

CLÁUSULA 8.^a – ESTATUTOS SOCIAIS

8.1. A CONTRATADA deverá submeter à CONTRATANTE qualquer modificação em seu estatuto, durante todo o período da CONCESSÃO, observado o disposto na Cláusula 7.^a, subitem 7.1.1.1.

8.1.1 Na hipótese de qualquer alteração do estatuto social deverão ser mantidas as condições que ensejaram a celebração do CONTRATO.

8.2. O capital social subscrito da CONTRATADA deverá ser igual a, no mínimo, R\$ [●] ([●] de reais) devendo este capital social estar integralmente integralizado até a conclusão dos INVESTIMENTOS.

8.3. A CONTRATADA obriga-se a manter a CONTRATANTE permanentemente informada sobre o cumprimento pelos acionistas do Compromisso de Integralização do Capital Social.

8.4. A CONTRATADA poderá oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes da CONCESSÃO, desde que não comprometam a operacionalização e a continuidade dos serviços, e desde que sobrevenha a autorização da CONTRATANTE, prevista no item 7.1.1.1, alínea “e”.

8.4.1. As ações correspondentes ao controle da CONTRATADA poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contra garantia de operações vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, desde que previamente autorizadas pela CONTRATANTE.

8.5. A CONTRATADA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO, reduzir o seu capital social ou adquirir as suas próprias ações, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

8.6. O valor da participação de Fundos e/ou Fundações no capital da CONTRATADA deverá observar os limites das prescrições legais vigentes.

CLÁUSULA 9.^a – FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

9.1. A fiscalização da CONCESSÃO, durante todo o prazo do CONTRATO, será executada pela CONTRATANTE, no âmbito de sua competência, sem prejuízo da fiscalização realizada pelos demais órgãos reguladores.

9.1.1. Para os fins dispostos neste item, a CONTRATADA, além das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas no EDITAL, no CONTRATO e na legislação aplicável, preparará e apresentará à CONTRATANTE, anualmente, até o dia 30 de abril de cada ano, atendendo às disposições da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 11.638/2007, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo, dentre outros, o Relatório da Administração,

o Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas do Balanço, sendo tais documentos auditados por empresa de auditoria de reconhecida reputação no mercado;

9.1.1.1. As informações exigidas no item 9.1.1 têm por objetivo, exclusivamente, permitir à CONTRATANTE fiscalizar a solidez financeira da CONTRATADA e os valores devidos a título de ÔNUS VARIÁVEL.

9.2. Sem prejuízo da fiscalização objeto do item anterior, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar a fiscalização e acompanhamento da execução das obras que forem realizadas no BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS que tenham sido implantados em ÁREAS PRIVADAS, assim como demais obrigações estabelecidas no CONTRATO de concessão.

9.3. Durante todo o prazo da CONCESSÃO a CONTRATADA obriga-se a:

I. Dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações contratuais e que possa constituir causa de intervenção ou extinção da CONCESSÃO;

II. Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento dos serviços ou da exploração, apresentando, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua ocorrência, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONTRATADA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos;

III. Apresentar mensalmente relatório com as informações atualizadas do FATURAMENTO BRUTO da CONTRATADA, para efeito de apuração do valor devido a título de ÔNUS VARIÁVEL.

9.4. No exercício da fiscalização, a CONTRATANTE terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONTRATADA.

9.5. A CONTRATADA facultará à CONTRATANTE, ou a qualquer outra entidade por ela credenciada, o livre acesso a toda ÁREA EXPLORADA, a todos os livros e documentos relativos à CONTRATADA, bem como a livros, registros e documentos relacionados com as atividades abrangidas pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas

e registros administrativos, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, todos os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.

9.5.1. As informações de que trata este item deverão estar disponíveis em meio eletrônico e a CONTRATADA facultará à CONTRATANTE acesso irrestrito aos mesmos.

9.6. A CONTRATANTE, diretamente ou através de seus representantes credenciados, poderá realizar, na presença de representantes da CONTRATADA, ou solicitar que essa execute às suas expensas, dentro de um programa que será estabelecido de comum acordo pelas PARTES, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente as condições de funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações.

9.7. As determinações que a CONTRATANTE e demais órgãos fiscalizadores vierem a fazer, no âmbito de seus poderes de fiscalização, deverão ser imediatamente acatadas pela CONTRATADA, sem prejuízo de apresentar o recurso cabível, nos termos deste CONTRATO.

9.8. Eventuais desvios entre o andamento das obras/serviços e o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO deverão ser objeto de explicações detalhadas e, tratando-se de atrasos, de apresentação das medidas que estão sendo tomadas para superá-los.

9.9. Se a CONTRATADA não acatar as determinações da CONTRATANTE e dos demais órgãos fiscalizadores, dentro de seus poderes de fiscalização, a CONTRATANTE terá o direito de tomar as providências necessárias para corrigir a situação, correndo por conta da CONTRATADA todos os custos incorridos.

9.10. A CONTRATANTE poderá utilizar-se das garantias para cobertura dos custos incorridos por força da aplicação do disposto nesta Cláusula, sem prejuízo do direito da CONTRATADA de apresentar o recurso cabível nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO VI – LICENÇAS

CLÁUSULA 10. - LICENÇAS

10.1. É de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obtenção, em tempo hábil, de todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício de todas as atividades objeto da CONCESSÃO, especialmente no que se refere ao atendimento da legislação ambiental e do Conselho de Defesa do Patrimônio

Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT.

10.1.1. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o atendimento, em tempo hábil, de todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a concessão das licenças necessárias ao pleno exercício de suas atividades, correndo por sua conta as despesas correspondentes.

10.1.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a apresentação dos estudos e documentos exigidos pela legislação ambiental, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, bem como todas as despesas necessárias ao cumprimento das respectivas legislações vigentes e à obtenção do licenciamento ambiental.

10.2. A CONTRATADA assumirá o ônus integral referente às eventuais compensações ambientais exigidas pelos órgãos ambientais estaduais até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

CAPÍTULO VII – FINANCIAMENTO

CLÁUSULA 11. - OBTENÇÃO DO FINANCIAMENTO

11.1. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao normal desenvolvimento das atividades previstas para o uso e exploração das ÁREAS integrantes da concessão, bem como para cumprir, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.

11.1.1. A CONTRATADA não poderá alegar qualquer disposição, cláusula ou condição do(s) Contrato(s) de Financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste CONTRATO, cujos termos deverão ser de pleno conhecimento da(s) instituição (ões) financiadora (s).

CAPÍTULO VIII – INVESTIMENTOS E PROJETOS

CLÁUSULA 12 – DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS DA CONCESSÃO

12.1. A CONTRATADA está obrigada a executar, com as especificações e prazos previstos no ANEXO IV do EDITAL, os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, sem prejuízo daquelas que entender convenientes para o uso do BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

12.2. O descumprimento, pela CONTRATADA, de quaisquer dos prazos previstos no ANEXO IV do EDITAL importará na aplicação de penalidades previstas no ANEXO XXI.

CLÁUSULA 13 – DO PLANEJAMENTO, DOS PROJETOS E DAS OBRAS

13.1. Na elaboração dos projetos necessários, quaisquer que sejam, a CONTRATADA obriga-se a observar a melhor técnica disponível, utilizando apenas profissionais habilitados de reconhecida competência.

13.2. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, acompanhar a elaboração dos projetos e estudos e terá o direito de vetar pontos do projeto que estejam em desacordo com os requisitos técnicos mínimos previstos no ANEXO IV do EDITAL.

13.3. O conhecimento, pela CONTRATANTE dos projetos ou estudos apresentados pela CONTRATADA, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais.

13.4. As obras serão executadas em conformidade com o estabelecido no ANEXO IV, de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes, em especial com a legislação sobre parâmetros urbanísticos, código de obras, normas técnicas sobre acessibilidade, segurança contra incêndio e gestão de resíduos.

CLÁUSULA 14 – OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS INVESTIMENTOS

14.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- I Apresentar PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO o qual contém CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e apresentação do detalhamento, por

meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos apresentados no ANEXO XXII do EDITAL.

- II Apresentar PLANO DE INVESTIMENTOS (contendo PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO) para implementação de eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS pela CONCESSIONÁRIA, o qual deverá ser aprovado pela CONTRATANTE. A aprovação não implica qualquer responsabilidade para a CONTRATANTE, nem exime a CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente, das suas obrigações decorrentes deste CONTRATO ou das disposições legais ou regulamentares pertinentes, permanecendo responsável pelas eventuais imperfeições do projeto.
- III Cumprir tempestivamente todos os MARCOS CONTRATUAIS relacionados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, bem como aqueles estabelecidos nos PLANOS DE INVESTIMENTOS ADICIONAIS realizados nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS, sob pena de incidência das penalidades previstas neste CONTRATO, especialmente no ANEXO XXI e demais consequências cabíveis.
- IV Responsabilizar-se integralmente pelas obras e/ou serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive aqueles que acarretem infiltrações de qualquer espécie ou natureza, que deverão ser demolidos e/ou refeitos, sem ônus para a CONTRATANTE.
- V Responsabilizar-se pelos serviços de proteção provisórios, necessários à execução do objeto deste contrato, bem como pelas despesas provenientes do uso de equipamentos.
- VI Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de acidentes do trabalho, não cobertas pelo seguro.
- VII Reparar ou reconstruir partes da obra danificadas por incêndio ou qualquer sinistro ocorrido na obra, independentemente da cobertura seguro, no prazo determinado pela CONTRATANTE, contado a partir da notificação expedida para tanto.
- VIII Manter vigilância constante e permanente sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer perdas e/ou danos que eventualmente venham a ocorrer.

- IX Fornecer à CONTRATANTE os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando por este solicitado.
- X Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços.
- XI Cumprir e fazer com que todo o pessoal em serviço no canteiro de obras observe os regulamentos disciplinares, de segurança e de higiene existentes no local de trabalho, devendo observar as exigências emanadas da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e, principalmente, as contidas na legislação em vigor.
- XII Assegurar livre acesso à fiscalização da CONTRATANTE e demais órgãos fiscalizadores aos locais de trabalho e atender a eventuais exigências solicitadas, no prazo por ele estabelecido, bem como fornecer as informações solicitadas.
- XIII Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE.
- XIV Preservar e manter a CONTRATANTE e demais órgãos fiscalizadores à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas referentes ao uso das ÁREAS EXPLORADAS.
- XV Manter no local de trabalho um Livro de Registro de Ocorrências para anotação de inspeções, vistorias ou quaisquer outros exames, ou atos praticados pela CONTRATANTE, notadamente quando apurarem irregularidades ou quaisquer outros tipos de ocorrências, livro este que será lacrado sempre em duas vias, uma para cada uma das partes, sendo assinado, em cada ocorrência, pelos representantes de ambas.
- XVI Manter as áreas de trabalhos confinadas e sinalizadas conforme as normas de segurança e orientação da CONTRATANTE, vedando o acesso a quaisquer pessoas estranhas ao seu quadro de empregados e colaboradores em geral, bem como constantemente limpas e desimpedidas, removendo o entulho, sobras e demais materiais inservíveis ou inaproveitáveis para os locais apropriados, conforme a legislação municipal e indicação da CONTRATANTE.

XVII Designar, desde o pedido de aprovação dos projetos e licenciamento das obras, um responsável técnico devidamente habilitado, identificado por placa que contenha seu nome, qualificação profissional e número de inscrição no órgão fiscalizador da profissão, colocada em cada um dos locais onde sejam instalados canteiros de construção.

XVIII Empregar nas obras apenas material de primeira qualidade, dentro das especificações técnicas da legislação e da ABNT, a que for mais rigorosa.

XIX Dotar seus empregados de todos os equipamentos de segurança previsto na legislação ou recomendados pelas normas da ABNT.

14.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor à CONTRATANTE quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, de suas obrigações contratuais, com base em fatos que resultem das relações contratuais estabelecidas com eventuais subcontratados.

14.3. Os documentos pertinentes à CONCESSÃO eventualmente disponibilizados pela CONTRATANTE serão tidos como meramente referenciais pela CONTRATADA, sendo sua utilização ou alteração de integral responsabilidade da CONTRATADA, a quem caberá arcar com os custos e diligências, por conta própria, para aferir o grau de seu eventual aproveitamento.

CLÁUSULA 15 – CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS

15.1. O prazo da execução e implementação de qualquer obra/serviço prevista no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO somente será prorrogado, desde que devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, sem prejuízo das eventuais penalidades previstas no ANEXO XXI.

15.1.1. O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de um novo cronograma, bem como com a comprovação quanto à impossibilidade de execução e implementação das obras.

15.2. Cumpridas todas as disposições do presente CONTRATO, e ressalvadas as exceções nele previstas, os prazos para a execução e implementação dos investimentos deverão ser atendidos integralmente pela CONTRATADA.

15.2.1. A CONTRATADA poderá antecipar os investimentos, a seu exclusivo critério, assumindo integralmente os riscos e os ônus de tal antecipação.

15.3. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer atrasos ocorridos na execução das obras previstas CONTRATADA, quaisquer que sejam os seus motivos, ainda que da demora na obtenção de licenças ou autorizações, ou, ainda, da constatação de obstáculos geológicos ou outras condições que dificultem a execução da obra.

15.4. A CONTRATADA responderá perante terceiros por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes decorrentes de deficiência ou omissões dos projetos, da execução das obras e da manutenção dos bens, devendo essa responsabilidade ser coberta por seguro, nos termos da Cláusula 22.

15.4.1. Quando a CONTRATANTE for demandada, administrativa ou judicialmente, por fato imputável à CONTRATADA, ou relativo à obrigação por ela assumida, assegura-se, em benefício da CONTRATANTE, o direito de regresso contra a CONTRATADA.

CAPÍTULO IX – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ÁREAS EXPLORADAS

CLÁUSULA 16 – DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

16.1. Constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA as atividades de exploração, operação e manutenção das ÁREAS EXPLORADAS e ACESSOS nos termos do ANEXO IV, para a preservação de seu constante e permanente funcionamento, atendendo às condições operacionais e de conservação mínimas, por sua conta e risco, devendo observar a legislação pertinente, as disposições deste CONTRATO e as melhores práticas reconhecidas para tais atividades.

16.2. A partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO, a CONCESSIONÁRIA assumirá a posse das ÁREAS PÚBLICAS em relação às quais fará jus ao direito de exclusividade em relação aos ACESSOS até o fim do PRAZO DA CONCESSÃO ou a extinção do presente CONTRATO, o que ocorrer primeiro.

16.3. A CONCESSIONÁRIA poderá celebrar com terceiros, exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaços nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS, pelo regime de direito privado, observando-se a regulação vigente, bem como:

- i. seu prazo de vigência não poderá ultrapassar o do CONTRATO de CONCESSÃO;

ii. a remuneração será livremente pactuada entre a CONCESSIONÁRIA e a outra parte contratada, observadas eventuais restrições regulatórias; e

iii. seus termos não poderão comprometer os padrões de segurança e de qualidade dos serviços prestados.

16.3.1. Não será permitida a veiculação de publicidade que infrinja a legislação em vigor, que atente contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político partidário.

16.3.2. Não será permitida a implantação e exploração de serviços cuja atividade infrinja a legislação em vigor, atente contra a moral e os bons costumes, possua cunho religioso ou político partidário, residencial, educacional, de entretenimento, hospitalar e empreendimentos residenciais.

16.3.3. Em caso de extinção antecipada da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE ou eventual novo operador poderá, independentemente de indenização, denunciar os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA envolvendo a utilização de espaços vinculados à CONCESSÃO, salvo se a celebração do CONTRATO tiver sido precedida de expressa aprovação do PODER CONCEDENTE ou nos casos em que o montante elevado dos investimentos a serem realizados pelo cessionário justificar a sua manutenção mesmo quando da extinção antecipada da CONCESSÃO.

16.3.4. O PODER CONCEDENTE e a CONTRATANTE terão acesso, a qualquer tempo, a todos os contratos que a CONCESSIONÁRIA celebrar para formalizar a utilização de espaços nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS.

16.4. Em todos os contratos que a CONCESSIONÁRIA celebrar para a utilização de espaços nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS, com o objetivo de exploração econômica, deverá constar o dever de o terceiro:

i. Disponibilizar, a qualquer tempo, inclusive por solicitação do PODER CONCEDENTE ou da CONTRATANTE, as demonstrações contábeis relativas à exploração realizada.

ii. Adotar contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas, segundo as normas contábeis vigentes.

16.5. A CONTRATADA é responsável, direta e indiretamente, por toda e qualquer atividade, incidente, ocorrência ou evento, de qualquer natureza, ocorrido ou desenvolvido durante o uso das ÁREAS EXPLORADAS, ainda que decorrente de ato, conduta ou omissão de preposto seu, a qualquer título.

16.5.1. A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE, o usuário ou terceiro, por qualquer dano que causar.

16.6. A CONTRATADA deverá instituir um canal de atendimento para receber e processar as críticas e sugestões dos usuários das ÁREAS EXPLORADAS ou de terceiros afetados por sua exploração.

CAPÍTULO X – RISCOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA 17. - RISCOS DA CONTRATADA

17.1. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, excetuados, exclusivamente, aqueles alocados ao PODER CONCEDENTE na Cláusula 18 deste CONTRATO.

17.1.1. A CONTRATADA é responsável, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos, sendo que a ocorrência dos fatos previstos não ensejará a recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO a seu favor:

- i. A aprovação junto aos órgãos responsáveis e à CONTRATANTE dos projetos necessários à realização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS.
- ii. A obtenção das aprovações e das licenças ambientais necessárias ao desenvolvimento dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS envolvendo os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e os INVESTIMENTOS ADICIONAIS.
- iii. A realização das obras e investimentos previstos neste CONTRATO para a viabilização dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS.
- iv. Passivos e/ou irregularidades ambientais cujo fato gerador tenha se materializado após a celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO.
- v. Variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção, investimentos ou qualquer outro custo incorrido pela CONCESSIONÁRIA na execução do objeto contratual.
- vi. Os riscos associados a quaisquer investimentos, custos e/ou despesas decorrentes da execução de serviços que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS.
- vii. Variação nas RECEITAS em relação às estimadas pela CONCESSIONÁRIA, inclusive quando em decorrência de criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulação tributárias.

- viii. Atraso no cumprimento dos cronogramas e prazos estabelecidos neste CONTRATO, especialmente nos prazos dos MARCOS CONTRATUAIS, sempre que o atraso estiver relacionado a obrigações e riscos que não tenham sido expressamente alocados à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE, ou não ocorram por fato atribuível à administração pública.
- ix. Prejuízos decorrentes de falha de segurança no local de realização das obras.
- x. Circunstâncias geológicas nas áreas compreendidas pela CONCESSÃO.
- xi. Tratamento das INTERFERÊNCIAS e todas as consequências a elas relacionadas, inclusive ônus decorrente da necessidade de remoção ou deslocamento e demais custos associados às providências eventualmente necessárias, tais como aquelas relacionadas aos projetos de engenharia e investimentos associados, exceto na hipótese prevista no item 18.1 subitem viii.
- xii. Alterações propostas pela CONCESSIONÁRIA no PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO em relação aos termos do ANEXO IV.
- xiii. Riscos relacionados à contratação dos seguros e garantias obrigatórios, respeitando os prazos, os limites e as regras estabelecidas neste CONTRATO e nos respectivos PLANOS DE GARANTIAS e PLANOS DE SEGUROS, inclusive risco de eventual dificuldade ou inviabilidade de execução de seguros e garantias pela ARTESP nas hipóteses que ensejariam direito à sua execução.
- xiv. Erro de projeto, erro na estimativa de custos e/ou gastos, mesmo nos casos que demandaram prévia aprovação pela ARTESP.
- xv. Falhas na prestação de serviços, defeitos nas obras ou equipamentos, bem como erros ou falhas causadas pelos terceirizados ou subcontratados no âmbito do objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- xvi. Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos, cuja materialização não tenha sido provocada pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP.
- xvii. Segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos nas atividades decorrentes da implantação e exploração dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS, que estejam subordinados à CONCESSIONÁRIA, seus subcontratados ou terceirizados.
- xviii. Greves e dissídios coletivos de funcionários da CONCESSIONÁRIA, de seus fornecedores, subcontratados ou terceirizados.

- xix. Alteração do cenário macroeconômico, aumento do custo de capital, variação nas taxas de câmbio e alteração de taxas de juros praticados no mercado.
- xx. Custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA ou suas subcontratadas, decorrentes da execução da CONCESSÃO, salvo se por fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou CONTRATANTE.
- xxi. Adequação à regulação exercida pela CONTRATANTE, quando meramente procedimental ou para fins de padronização e desde que não gerem custos adicionais à CONCESSIONÁRIA.
- xxii. Adequação à regulação exercida por quaisquer outros órgãos ou entidades distintos da CONTRATANTE, cuja competência inclua as atividades objeto deste CONTRATO.
- xxiii. Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões perante entes da Administração Pública federal, estadual ou municipal, exigidas para construção ou operação dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS, exceto se decorrentes de fato imputável unicamente ao PODER CONCEDENTE ou à CONTRATANTE, ou ainda se tais licenças, autorizações ou permissões sejam de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos deste Contrato.
- xxiv. Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis e de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado, possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil se, à época da materialização do risco, este seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos e por pelo menos duas empresas seguradoras, até o limite da média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado.
- xxv. Prejuízos causados a terceiros pela CONCESSIONÁRIA, seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica vinculada à CONCESSIONÁRIA, no exercício das atividades abrangidas neste CONTRATO.
- xxvi. Planejamento tributário da CONCESSIONÁRIA.
- xxvii. Capacidade financeira e/ou de captação de recursos da CONCESSIONÁRIA, assim como os custos de empréstimos e financiamentos obtidos para arcar com as obrigações decorrentes deste CONTRATO.
- xxviii. Decisões judiciais, administrativas ou arbitrais que suspendam a exploração dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS decorrentes de atos comissivos ou omissivos da CONCESSIONÁRIA.

- xxix. Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia, omissão ou das próprias atividades da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do objeto deste CONTRATO.
- xxx. Constatação superveniente de erros ou omissões no PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO, bem como nos projetos de engenharia relacionados a cada INVESTIMENTO ADICIONAL, inclusive nos levantamentos que o subsidiaram.
- xxxi. Variação da demanda dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS.
- xxxii. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, nos casos em que o ato ou fato impactar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.
- xxxiii. Tratamento de passivos, inclusive distorções em relação ao projeto executivo que onerem a CONCESSIONÁRIA à exceção daqueles expressamente atribuídos ao PODER CONCEDENTE neste CONTRATO.
- xxxiv. Variação nos custos, prazos ou quaisquer outras circunstâncias relacionadas ao uso, gozo e disposição das ÁREAS PRIVADAS.
- xxxv. Vícios, defeitos ou irregularidades, aparentes ou ocultos, constatados nas novas construções realizadas pela CONTRATADA, durante ou após a sua execução.
- xxxvi. Prejuízos decorrentes de erros na realização das obras que ensejem a necessidade de refazer parte ou totalidade destas.
- xxxvii. Investimentos, custos ou despesas adicionais necessários para manter a boa qualidade da prestação dos serviços.
- xxxviii. Investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos operacionais e de manutenção dos equipamentos.
- xxxix. Incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a execução do CONTRATO, incluídos os custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais.
- xl. Quaisquer interferências com órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer nível Federativo, inclusive seus concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos.
- xli. Embargo do empreendimento, novos custos, não cumprimento de prazos, necessidade de nova aprovação dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância pela CONTRATADA e/ou seus subcontratados das diretrizes e exigências

decorrentes do processo de obtenção das licenças prévia, de instalação e de operação.

- xlii. Alteração das concepções, projetos ou especificações que impliquem em emissão de nova(s) licença(s), arcando integralmente com os custos socioambientais direta ou indiretamente decorrentes da não observância da respectiva diretriz socioambiental e/ou decorrentes da necessidade de emissão de nova(s) licença(s) por culpa da CONTRATADA.
- xliii. Outros riscos não alocados a CONTRATANTE.

17.2. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o conhecimento e assunção dos riscos a ela atribuídos neste CONTRATO e ANEXOS, promovendo, às suas expensas e por sua conta e risco, levantamento pormenorizado das possíveis consequências em face da eventual materialização dos riscos a ela atribuídos.

17.3. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos a ela atribuídos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.

17.4. A CONCESSIONÁRIA declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no CONTRATO, bem como tê-los levado em consideração na formulação de sua Proposta Comercial e assinatura do Contrato de CONCESSÃO.

17.5. A CONCESSIONÁRIA não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente ao PODER CONCEDENTE, em especial, a não realização da demanda projetada pela CONCESSIONÁRIA, venham a se materializar.

CLÁUSULA 18 – RISCOS DO PODER CONCEDENTE

18.1. Somente os riscos a seguir listados serão suportados pelo PODER CONCEDENTE:

- i. Decisões judiciais, arbitrais ou administrativas, inclusive aquelas decorrentes de fatos não imputáveis às PARTES, que impeçam ou impossibilitem, no todo ou em parte, a CONCESSIONÁRIA de executar o CONTRATO DE CONCESSÃO nos termos considerados para elaboração da PROPOSTA COMERCIAL, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão ou na hipótese de haver previsão neste CONTRATO que alocue o risco associado à CONCESSIONÁRIA.

- ii. Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE ou da CONTRATANTE na realização das atividades e obrigações a eles atribuídas neste CONTRATO.
- iii. Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado, não possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil e, à época da materialização do risco, este não seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos no mercado brasileiro, por pelo menos duas empresas seguradoras, ou com relação à parcela que supere média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado.
- iv. Passivos e/ou irregularidades ambientais, cujo fato gerador tenha se materializado antes da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO.
- v. Danos causados às ÁREAS EXPLORADAS, aos BENS REVERSÍVEIS, à CONCESSIONÁRIA, a terceiros ou aos usuários, quando em decorrência da materialização dos riscos atribuídos ao PODER CONCEDENTE ou quando por sua culpa.
- vi. Atos de reponsabilidade das concessionárias de rodovias que venham a impactar direta ou indiretamente o objeto do CONTRATO.
- vii. Descobertas arqueológicas ou paleológicas nas áreas envolvidas com a CONCESSÃO.
- viii. Tratamento das INTERFERÊNCIAS ocultas eventualmente identificadas e de todas as consequências a elas relacionadas, inclusive ônus decorrente da necessidade de remoção ou deslocamento e demais custos associados às providências eventualmente necessárias e reste comprovado que tais INTERFERÊNCIAS já existiam nas ÁREAS PÚBLICAS antes da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO.
- ix. Impactos decorrentes da criação, revogação ou revisão das normas exaradas pela ARTESP sobre as atividades objeto deste CONTRATO, exceto as meramente procedimentais e de padronização.
- x. Modificação unilateral, imposta pela CONTRATANTE, das condições de execução do CONTRATO.
- xi. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.

xii. Tratamento de passivos cujo fato gerador seja anterior à celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO e desde que seja devidamente identificado pela CONCESSIONÁRIA.

xiii. Atrasos nas obras decorrentes da demora na obtenção de licenças e autorizações a cargo da CONCESSIONÁRIA nos casos em que os prazos de análise dos órgãos ambientais e demais órgãos envolvidos ultrapassarem as previsões legais, exceto se decorrente de fato imputável à CONCESSIONÁRIA:

- a) Presume-se como fato imputável à CONCESSIONÁRIA qualquer atraso decorrente da não entrega de todos os documentos, estudos e informações exigidos pelos órgãos competentes, ou em qualidade inferior à mínima estabelecida pelo órgão licenciador, prévia ou posteriormente ao pedido de licenciamento e autorização.

CLÁUSULA 19. - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, inclusive aquelas consideradas para elaboração da PROPOSTA comercial, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

19.2. Reputar-se-á como desequilibrado o CONTRATO nos casos em que qualquer das PARTES aufera benefícios em decorrência do descumprimento das obrigações a ela alocadas.

19.3. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das PARTES sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do CONTRATO.

19.4. Diante da materialização de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO com relação à parcela do desequilíbrio pleiteado cuja exata medida for comprovada pelo pleiteante.

19.5. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou por determinação da CONTRATANTE, sendo que à PARTE pleiteante caberá a demonstração tempestiva da ocorrência e identificação de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

19.6. A PARTE pleiteante deverá identificar o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e comunicar a outra PARTE em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados de sua materialização, com vistas a resguardar a contemporaneidade das relações contratuais, bem como possibilitar o adequado manejo das consequências do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

Dos Pleitos de Iniciativa da CONCESSIONÁRIA

19.7. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado pela CONCESSIONÁRIA, deverá ser realizado por meio de requerimento fundamentado e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto a:

- i. Identificação precisa do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, acompanhada, quando pertinente, de evidência de que a responsabilidade está alocada ao PODER CONCEDENTE ou à CONTRATANTE;
- ii. Quantitativos dos desequilíbrios efetivamente identificados no fluxo de caixa, com a data de ocorrência de cada um deles, ou a estimativa, em caso de novos investimentos, para o cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a depender do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.
- iii. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo os regimes contábil e tributário aplicáveis às receitas ou custos supostamente desequilibrados;

19.8. Diante do pleito apresentado pela CONCESSIONÁRIA, a CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, manifestar-se a respeito do cabimento do pleito.

Do acesso às informações necessárias para apuração dos desequilíbrios pleiteados

19.9 Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, contratar laudos técnicos e/ou econômicos específicos.

19.10 A critério da CONTRATANTE, poderá ser realizada por intermédio de entidade especializada e com capacidade técnica notoriamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

19.11 A CONTRATANTE, ou quem por ela indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado pela CONCESSIONÁRIA em eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado.

Dos pleitos de iniciativa da CONTRATANTE

19.12 O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pela CONTRATANTE deverá ser objeto de notificação à CONCESSIONÁRIA, acompanhado de cópia dos laudos e estudos pertinentes.

19.13. Recebida a notificação sobre o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, a CONCESSIONÁRIA terá 60 (sessenta) dias para apresentar manifestação fundamentada quanto ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO apresentado pela CONTRATANTE em notificação, sob pena de consentimento tácito do pedido.

19.14. Em consideração à resposta da CONCESSIONÁRIA ao pedido da CONTRATANTE, esta terá 30 (trinta) dias para ratificar o cabimento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Dos Eventos Ou Motivos Que Não Ensejam Desequilíbrio Do Contrato

19.15. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA:

19.15.1. Quando os prejuízos sofridos derivarem da ocorrência de negligência, imprudência, imperícia, inépcia ou omissão na exploração do objeto da CONCESSÃO e no tratamento dos riscos a ela alocados;

19.15.2. Quando, de qualquer forma e em qualquer medida, a CONCESSIONÁRIA tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio.

19.15.3. Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não ensejar efetivo impacto nas condições contratuais e não acarretar efetivo prejuízo decorrente do desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO que possa ser demonstrado em sua exata medida.

19.16. Não configurará EVENTO DE DESEQUILÍBRIO a ocorrência de atrasos ou antecipações dos investimentos previstos no PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO.

19.5. Caso não haja acordo entre as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, quando cabível, será implementada pela forma que for escolhida pelo PODER CONCEDENTE, a seu exclusivo critério, através de uma das modalidades especificadas no item anterior.

19.6. Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, esta terá como objetivo, exclusivamente, neutralizar os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de uma das seguintes modalidades:

- i. Prorrogação ou redução do PRAZO DA CONCESSÃO;
- ii. Ressarcimento ou indenização;
- iii. Revisão dos valores de OUTORGA variável;
- iv. Combinação das modalidades anteriores ou outras permitidas pelas regras em vigor, a critério do PODER CONCEDENTE.

19.7. Caso não haja acordo entre as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, quando cabível, será implementada pela forma que for escolhida pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, através de uma das modalidades especificadas no item anterior.

19.8. Na escolha do meio destinado a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da CONCESSIONÁRIA, relativos aos contratos de financiamento celebrados por esta para a execução do objeto do CONTRATO.

19.9. A realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS não confere à CONCESSIONÁRIA direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO DE CONCESSÃO

CAPÍTULO XI – RECEITAS ACESSÓRIAS

CLÁUSULA 20. - FONTES ACESSÓRIAS DE RECEITA

20.1. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar atividades econômicas que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, por subsidiárias integrais, ou mediante a celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado.

20.1.1. A CONCESSIONÁRIA somente poderá exercer atividade econômica que gere RECEITAS ACESSÓRIAS, mediante celebração de contratos com terceiros, ou por meio de subsidiárias integrais, adotando contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas por suas subsidiárias integrais, segundo as normas contábeis vigentes, permitindo ainda que o PODER CONCEDENTE também realize auditorias destas subsidiárias integrais sempre que entender necessário.

20.1.2. Fica vedada a participação de subsidiária integral da CONCESSIONÁRIA em outras sociedades.

20.2. A CONCESSIONÁRIA está autorizada a explorar fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, observando as normas e regulações aplicáveis.

20.2.1. RECEITAS ACESSÓRIAS compreendem todas as receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA nas ÁREAS EXPLORADAS, excluída a RECEITA PRINCIPAL (decorrente da exploração dos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS) e a RECEITA FINANCEIRA.

20.3. Constituem fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS o seguinte rol exemplificativo:

- i. Cobrança por publicidade permitida em lei, na forma regulamentada pelo Poder Público;
- ii. Indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, exceto aquelas de natureza reparatória;
- iii. Receitas decorrentes da exploração dos NEGÓCIOS ADICIONAIS pela Concessionária;
- iv. Comercialização de “naming rights”, se houver, de qualquer dos equipamentos existentes no BEM PÚBLICO CONCEDIDO;

20.4. Toda e qualquer RECEITA ACESSÓRIA integrará o FATURAMENTO BRUTO da CONCESSIONÁRIA, que servirá como base de cálculo para incidência do percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) referente à OUTORGA VARIÁVEL pago ao PODER CONCEDENTE, bem como o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) devido à CONTRATANTE em função do desempenho das atividades de fiscalização.

20.5. Caso terceiros interessados desejem explorar quaisquer atividades que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, deverão firmar CONTRATO com a CONCESSIONÁRIA, o qual será regido pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e a CONTRATANTE e/ou o PODER CONCEDENTE.

20.6. A exploração dos NEGÓCIOS ADICIONAIS que geram RECEITAS ACESSÓRIAS estará condicionada à autorização da CONTRATANTE, cuja avaliação compreenderá não apenas a compatibilidade com a lei, mas também com o estabelecido no EDITAL e CONTRATO.

20.7. Caso a CONTRATANTE expressamente aceite a exploração do NEGÓCIO ADICIONAL, mediante gestão da CONCESSIONÁRIA, aquele poderá ser explorado nos termos e condições definidos nesta Cláusula e no que demais aplicável deste CONTRATO.

20.8. Caso a CONTRATANTE rejeite a proposta de exploração do NEGÓCIO ADICIONAL, deverá fazê-lo de maneira fundamentada.

20.8.1 A CONCESSIONÁRIA poderá apresentar proposta alternativa, abrangendo as considerações da CONTRATANTE, na forma do Cláusula 20.8, para nova análise.

20.9. Todos os NEGÓCIOS ADICIONAIS cuja exploração estiver permitida nos termos deste CONTRATO deverão ser explorados de maneira economicamente viável, com qualidade e eficiência.

CAPÍTULO XII – GARANTIAS E SEGUROS

CLÁUSULA 21 – DAS GARANTIAS

21.1. O cumprimento cabal e tempestivo das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA junto à CONTRATANTE será garantido nos termos, montantes e condições dispostas nesta Cláusula através de GARANTIA DE EXECUÇÃO.

21.2. A CONCESSIONÁRIA prestou como condição à assinatura deste CONTRATO e deverá manter, em favor do PODER CONCEDENTE, ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO, GARANTIA DE EXECUÇÃO abrangendo o cumprimento dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS e de pagamento dos valores mensais variáveis devidos à CONTRATANTE e PODER CONCEDENTE.

21.2.1. Até a assinatura do TERMO DE DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO o CONTRATO deverá estar garantido, nos termos desta cláusula.

21.3. Os valores mínimos que deverão ser observados para a GARANTIA DE EXECUÇÃO contratada pela CONCESSIONÁRIA corresponderão, nos [●] ([●]) primeiros anos contratuais e nos [●] ([●]) últimos anos contratuais, a [●]% ([●]) por

cento) do valor total dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, acrescido do valor da OUTORGA FIXA, e têm como referência a data-base de [●] de [●], devendo ser anualmente reajustados considerando-se a variação do IPCA/IBGE no período.

21.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO a ser prestada está limitada, e em nenhuma hipótese excederá, ao valor correspondente a [●]% ([●] cento) do valor total atualizado dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, acrescido do valor da OUTORGA FIXA.

21.5. A inclusão de novos INVESTIMENTOS ADICIONAIS nas ÁREAS PÚBLICAS ensejará a revisão da GARANTIA DE EXECUÇÃO, para o fim de cobertura dos novos investimentos, caso em que serão considerados, para os novos investimentos, os valores definidos no PLANO DE INVESTIMENTOS.

21.6. As GARANTIAS poderão ser ofertadas e/ou substituídas, mediante prévia e expressa anuência da ARTESP, em uma das seguintes modalidades, nos termos do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93:

- i. Caução em moeda corrente nacional;
- ii. Caução em títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional;
- iii. Seguro-garantia;
- iv. Fiança bancária; ou
- v. Combinação de duas ou mais das modalidades constantes dos itens (i) a (iv) acima.

21.7. As GARANTIAS ofertadas deverão ser incondicionadas e não poderão conter quaisquer ressalvas que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de Seguros no Brasil, se ofertadas nesta modalidade.

21.8. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção e suficiência da GARANTIA DE EXECUÇÃO prestada neste CONTRATO, inclusive ficando responsável por arcar com todos os custos decorrentes de sua contratação.

21.9. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se prestada em moeda corrente nacional, deverá ser depositada no Banco [●], Agência [●], conta corrente nº [●], de titularidade da CONTRATANTE, CNPJ/MF nº [●].

21.10. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se prestada por Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional, deverá ser prestada pelo valor nominal dos títulos, não podendo estar onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade ou aquisição compulsória.

21.11. Títulos ofertados deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, com cotação de mercado e acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e ao valor.

21.12. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se apresentada na modalidade de seguro-garantia, será comprovada pela apresentação das apólices de seguro-garantia, acompanhadas de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, com vigência mínima de 12 (doze) meses.

21.13. Quando a modalidade for seguro-garantia, a apólice deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil e deverá estar acompanhada da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época da apresentação, com vigência mínima de 12 (doze) meses.

21.14. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se apresentada na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por instituição financeira devidamente constituída e autorizada a operar no Brasil, devendo ser apresentada na sua forma original e estar acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento.

21.15. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se prestada via seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter vigência mínima de 01 (um) ano a contar da contratação, sendo de total responsabilidade da CONCESSIONÁRIA realizar as renovações e atualizações necessárias, devendo comunicar à CONTRATANTE toda renovação e atualização realizada, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

21.15.1. No caso da seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes antes do vencimento da apólice, independente de notificação.

21.15.1.1. O descumprimento da condição estabelecida neste item, ou a não aprovação pela CONTRATANTE da garantia ofertada em substituição, caracterizará a inadimplência da CONTRATADA.

21.16. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CONTRATANTE documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA DE EXECUÇÃO, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do término do prazo de sua vigência, sob pena de rescisão do CONTRATO.

21.17. A GARANTIA DE EXECUÇÃO será liberada, mediante anuência prévia da CONTRATANTE, quando verificado o cumprimento das obrigações respectivas e a sua devida substituição.

21.18. A redução da GARANTIA DE EXECUÇÃO ou a sua extinção somente poderá ser efetivada com a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

21.19. Sempre que a GARANTIA DE EXECUÇÃO for executada, total ou parcialmente, a CONCESSIONÁRIA ficará obrigada à recomposição de seu valor integral, 2 (dois) dias úteis contados da notificação pela CONTRATANTE, sob pena de rescisão do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE.

21.20. Não obstante outras hipóteses previstas neste CONTRATO ou na legislação, a GARANTIA DE EXECUÇÃO poderá ser executada, total ou parcialmente, pelo PODER CONCEDENTE, após apuração em regular processo administrativo, nas seguintes circunstâncias:

21.20.1. Se a CONCESSIONÁRIA deixar de realizar qualquer investimento a que se obrigou conforme previsto neste CONTRATO ou eventuais aditivos assinados por ambas as PARTES, ou se o executar de maneira inadequada, em desconformidade com as especificações e prazos estabelecidos, de forma não justificada, recusando-se ou deixando de corrigir as falhas apontadas pelo PODER CONCEDENTE, na forma estabelecida neste CONTRATO;

21.20.2. Se a CONCESSIONÁRIA deixar de pagar multas, indenizações ou demais penalidades que lhe sejam aplicadas, na forma deste CONTRATO e nos prazos estabelecidos, referentes às funções de ampliação, operacionais e de conservação;

21.20.2.1. Se o valor das multas impostas for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela diferença e deverá repor o valor integral da garantia prestada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva notificação, sob pena de cobrança judicial.

21.20.3. Se a CONCESSIONÁRIA deixar de cumprir, deliberadamente, suas obrigações contratuais ou deixar de tomar providências necessárias para o atingimento dos MARCOS CONTRATUAIS, recusando-se ou deixando de corrigir as falhas apontadas pelo PODER CONCEDENTE, na forma estabelecida neste CONTRATO;

21.20.4. Se a CONCESSIONÁRIA deixar de pagar os valores mensais variáveis devidos ao PODER CONCEDENTE e CONTRATANTE;

21.20.5. Nas hipóteses de reversão de bens, se os BENS REVERSÍVEIS não forem entregues ao PODER CONCEDENTE, ou a terceiro por ele indicado, em plena funcionalidade técnica e operacional, considerando-se também as especificações deste CONTRATO, inclusive na hipótese de deixar de corrigir as falhas apontadas pelo PODER CONCEDENTE, na forma estabelecida neste CONTRATO;

21.20.6. Para o ressarcimento de custos e despesas incorridas pela CONTRATANTE para entregar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS nas condições definidas no ANEXO IV;

21.20.7. Se a CONCESSIONÁRIA deixar de contratar seguro exigido ou se recusar a fazê-lo, nos termos deste CONTRATO;

21.20.8. Se o PODER CONCEDENTE for responsabilizado, indevidamente, por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros;

21.20.9. A CONTRATADA poderá, a seu exclusivo critério, exigir garantias das empresas por ela contratadas, devendo, neste caso, informar obrigatoriamente o fato à CONTRATANTE.

CLÁUSULA 22 – SEGUROS

22.1. Os seguros listados nos PLANOS DE SEGUROS, os quais deverão ser tempestivamente contratados pela CONCESSIONÁRIA como condição aplicável para realização das etapas construtivas relacionadas aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, deverão, necessariamente, ser incondicionais, não podendo conter cláusulas excludentes de responsabilidade, e deverão indicar a CONTRATANTE ou o PODER CONCEDENTE como beneficiários, assegurando a

estes a possibilidade de execução dos seguros de forma automática mediante simples comunicação da CONTRATANTE para a seguradora nos casos em que haja atraso, inexecução ou condução inadequada na realização dos MARCOS CONTRATUAIS, depois de verificados em regular processo administrativo.

22.2. Para a efetiva contratação ou formalização dos documentos que configuram a estrutura de seguros para os investimentos a serem realizados, direta ou indiretamente, pela CONCESSIONÁRIA, esta deverá submeter à CONTRATANTE, quando aplicável, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do início dos MARCOS CONTRATUAIS correspondentes, toda a documentação que permita à CONTRATANTE anuir tempestivamente com a celebração de cada um dos documentos necessários para constituir a estrutura de seguros e garantias indispensáveis ao início de cada um dos investimentos.

22.3. Uma vez aprovados, os seguros deverão ser contratados e necessariamente ser renovados e mantidos vigentes, nas condições previamente anuídas pela CONTRATANTE, pelo menos durante todo o período em que a obrigação principal assegurada subsistir.

22.4. A eventual inviabilidade ou dificuldade injustificada na execução dos seguros pela CONTRATANTE ou pelo PODER CONCEDENTE, nas hipóteses ensejadoras de execução, poderá acarretar a rescisão do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos aqui previstos.

22.5. A CONCESSIONÁRIA deverá, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, contratar e manter com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil, as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das obras e prestação das atividades objeto da CONCESSÃO relacionadas aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, conforme disponibilidade no mercado brasileiro e sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, sob pena de rescisão da CONCESSÃO.

22.6. O PLANO DE SEGUROS, como ANEXO XXIII do Edital, deverá ser revisado de forma a se compatibilizar com a necessidade de realização de adequações ou novos investimentos que ensejem alteração nos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS e observará as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de seguros no Brasil, sendo vedada a imposição de procedimentos adicionais e/ou protelatórios ao pagamento dos valores garantidos;

22.7. As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA relacionadas aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, deverão conter expressamente cláusula de recomposição automática dos valores segurados, de forma incondicionada, inclusive para a Seção de Responsabilidades Civil, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de Seguros no Brasil, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada à CONTRATANTE e subscrita pela resseguradora.

22.8. No caso de inexistência da cobertura e/ou da impossibilidade de recomposição automática e incondicionada dos valores que seriam objeto do seguro, conforme apontado no PLANO DE SEGUROS, a CONTRATANTE poderá demandar alternativas para assegurar as obrigações principais assumidas pela CONCESSIONÁRIA referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, as quais poderão ser estruturadas por meio de instrumento de contrato contendo disposições definidas pela CONTRATANTE ou sugeridas pela CONCESSIONÁRIA e aprovadas pela CONTRATANTE.

22.9. O PLANO DE SEGUROS deve conter a indicação da necessidade de contratação de pelo menos os seguintes seguros, sem a eles se limitar, indicando o prazo estimado para sua contratação, os riscos que serão mitigados pelas respectivas apólices, bem como os limites máximos das indenizações em caso de ocorrência dos sinistros:

i. Seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo perda, destruição ou dano nos bens relacionados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, devendo tal seguro cobrir aquilo que se inclui, normalmente, de acordo com padrões internacionais para empreendimentos desta natureza, nas seguintes modalidades:

- a) danos patrimoniais;
- b) tumultos, vandalismos, atos dolosos;
- c) incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- d) danos a equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- e) roubo e furto qualificado (exceto valores);
- f) danos elétricos;
- g) vendaval, fumaça;
- h) danos causados a objetos de vidros;

- i) i. acidentes de qualquer natureza;
- j) j. alagamento, inundação;

ii. Seguro de responsabilidade civil:

- a) danos causados a terceiros;
- b) cobertura adicional para responsabilidade cruzada;
- c) acidentes de qualquer natureza envolvendo terceiros;
- d) acidentes de trabalho para os empregados envolvidos, conforme legislação em vigor;
- e) danos decorrentes de poluição súbita;

iii. Seguro de riscos de engenharia do tipo “todos os riscos” que deverão estar vigentes durante todo o período de execução das obras envolvendo a cobertura de quaisquer investimentos, custos e/ou despesas pertinentes às obras civis e à infraestrutura (construção instalações e montagem, englobando todos os testes de aceitação), bem como:

- a) cobertura básica de riscos de engenharia;
- b) erros de projetos;
- c) risco do fabricante;
- d) despesas extraordinárias;
- e) despesas de desentulho;
- f) alagamento, inundação;
- g) período de testes e danos externos causados aos equipamentos utilizados nas obras;

22.10. As coberturas de seguro previstas nesta Cláusula deverão incluir cobertura de danos causados por evento de força maior ou caso fortuito sempre que forem seguráveis.

22.11. Todos os seguros contratados para os fins deste CONTRATO deverão ser contratados com seguradoras e resseguradoras autorizadas a operar no Brasil, apresentando, sempre, Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir cada apólice.

22.12. Nenhum INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTO ADICIONAL em ÁREAS PÚBLICAS, poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA comprove a contratação dos seguros indicados no PLANO DE SEGUROS, mediante apresentação da apólice, prova de pagamento do prêmio e Certidão de Regularidade Operacional.

22.13. Conforme o regramento estabelecido neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter à CONTRATANTE, para anuência prévia, as apólices que deverão ser contratadas, para que esta verifique a adequabilidade das coberturas e proceda à análise quanto ao atendimento de todas as condições estabelecidas nesse CONTRATO, para se certificar de que os riscos serão devidamente mitigados e cobertos.

22.14. A CONTRATANTE deverá figurar como cossegurados/beneficiários de todas as apólices de seguros contratadas pela CONCESSIONÁRIA para garantir as obrigações relacionadas aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, devendo ser comunicada, imediatamente, acerca de qualquer modificação, cancelamento, suspensão, renovação ou substituição de qualquer seguro contratado pela CONCESSIONÁRIA referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, para os fins deste CONTRATO, devendo a CONCESSIONÁRIA se comprometer em manter as mesmas condições previamente autorizadas pela CONTRATANTE, sob pena de rescisão da CONCESSÃO, nos termos desse CONTRATO.

22.15. As apólices de seguros deverão prever, ainda, a indenização direta à CONTRATANTE nos casos em que seja responsabilizada em decorrência de sinistro.

22.16. Os valores cobertos pelos seguros indicados no PLANO DE SEGUROS deverão ser suficientes para reposição ou correção dos danos causados em caso de sinistro.

22.17. As franquias contratadas deverão ser aquelas praticadas pelo mercado segurador brasileiro em negócios desta natureza.

22.18. Na contratação de seguros relacionados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS e/ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, a CONCESSIONÁRIA ainda deverá observar o seguinte:

22.19 Todas as apólices de seguro deverão ter vigência mínima de [●] ([●]) meses;

22.20. A CONCESSIONÁRIA poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las conforme o desenvolvimento das atividades objeto da CONCESSÃO, sendo necessária, contudo, a prévia aprovação da ARTESP.

22.21. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial, e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora de que conhece integralmente este CONTRATO, inclusive no que se refere aos limites dos direitos da CONCESSIONÁRIA.

22.22. A seguradora deverá renunciar a todos os direitos de regresso contra o PODER CONCEDENTE e a CONTRATANTE, ainda que cabíveis.

22.23. A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata este CONTRATO, inclusive para fins dos riscos assumidos.

22.24. No caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da sua faculdade de decretar a intervenção ou a rescisão da CONCESSÃO nos termos deste CONTRATO, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA, que deverá reembolsar o PODER CONCEDENTE ou a CONTRATANTE, conforme o caso, em 05 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação, sob pena de incidência de juros de mora correspondentes à variação pro rata temporis da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo ressarcimento, sem prejuízo da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO, para reembolsar os custos com a contratação do referido seguro, bem como da incidência das demais penalidades aplicáveis.

CAPÍTULO XIII – RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS (SUBCONTRATAÇÃO)

CLÁUSULA 23 – RESPONSABILIDADE GERAL

23.1. A CONTRATADA responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO, não sendo assumida pela CONTRATANTE qualquer espécie de responsabilidade dessa natureza.

CLÁUSULA 26 - SUBCONTRATAÇÃO DE PROJETOS, CONSTRUÇÃO DE OBRAS E DE OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITA

26.1. Caso a CONTRATADA tenha optado pela SUBCONTRATAÇÃO dos serviços de elaboração de projetos, construção de obras e de operação dos negócios geradores de receita, o contrato de SUBCONTRATAÇÃO deverá permanecer vigente até a conclusão integral das obrigações e requisitos previstos no ANEXO IV do EDITAL.

26.2. Na hipótese de substituição de qualquer dos subcontratados previstos nesta cláusula deverá haver prévia autorização do CONTRATANTE, sendo obrigatória a comprovação de que a empresa subcontratada detém os requisitos de habilitação exigidos nos itens 11.3.5. do EDITAL.

26.3. A CONTRATADA se responsabiliza por todos os atos praticados pelas subcontratadas, não podendo invocar qualquer disposição em sentido contrário, ainda que previstas no contrato de SUBCONTRATAÇÃO.

CLÁUSULA 27. - CONTRATOS COM TERCEIROS

27.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, informar a contratação de terceiros para a prestação de serviços relevantes para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços objetos da CONCESSÃO, tais como elaboração dos projetos, construção, operação, manutenção e conservação.

27.2. O fato de o contrato ter sido de conhecimento da CONTRATANTE não poderá ser alegado pela CONTRATADA para eximir-se do cumprimento total ou parcial de suas obrigações decorrentes do CONTRATO, ou justificar qualquer atraso ou modificação nos investimentos exigidos nesta CONCESSÃO.

27.3. Os contratos de prestação de serviços entre a CONTRATADA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros e a CONTRATANTE.

CAPÍTULO XIV – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 28. - CASOS DE EXTINÇÃO

28.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

- I. advento do termo contratual;
- II. rescisão;
- III. anulação;
- IV. falência ou extinção da CONTRATADA ou de qualquer de seus acionistas.

28.2. Extinta a CONCESSÃO, retornam à CONTRATANTE todos os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios transferidos à CONTRATADA, ou por ela implantados, no âmbito da CONCESSÃO, sem direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA 29. - ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

29.1 A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o termo do prazo de sua duração, de conformidade com a Cláusula 5ª, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO.

29.2 Verificando-se o advento do termo contratual, sem prejuízo de eventual sub-rogação, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer relações contratuais inerentes à CONCESSÃO celebradas com terceiros, não respondendo o PODER CONCEDENTE ou a CONTRATANTE por quaisquer responsabilidades ou ônus daí resultantes, bem como não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA ou a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.

29.3 Em até 36 (trinta e seis) meses antes da data de término do PRAZO DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA submeterá à apreciação e aprovação da ARTESP o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, nos termos do ANEXO IV.

29.4 Com o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos em BENS REVERSÍVEIS.

CLÁUSULA 30. - RESCISÃO

30.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONTRATADA, no caso de descumprimento pela CONTRATANTE de suas obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim.

30.1.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA não poderão ser interrompidos ou paralisados até que a decisão judicial, decretando a rescisão do CONTRATO, transite em julgado.

30.2 A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências previstas no aludido diploma legal.

30.3 A rescisão poderá ser ainda amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA 31 – ANULAÇÃO

31.1. O CONTRATO poderá ser anulado em caso de ilegalidade no processo licitatório, em sua formalização ou em cláusula essencial que comprometa o uso e a exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, por meio do devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa iniciado a partir da notificação emitida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

31.2. Na hipótese do item 31.1, a CONTRATADA será indenizada com o ressarcimento dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS realizados e não amortizados, desde que não tenha concorrido para o vício que motivou a anulação, sendo vedado o pagamento de lucros cessantes.

31.3. A CONTRATANTE poderá promover nova licitação do uso e da exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga CONTRATADA ou diretamente a esta, conforme o caso.

CLÁUSULA 32 – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONTRATADA

32.1 A CONCESSÃO será extinta caso a CONTRATADA ou qualquer de seus acionistas tenha sua falência decretada, por sentença transitada em julgada, ou no caso de recuperação judicial que prejudique a execução deste CONTRATO.

32.2. Decretada a falência, a CONTRATANTE imitir-se-á na posse do BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventuais ÁREAS PRIVADAS onde tenham sido realizados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, e assumirá imediatamente o uso e a exploração destes.

32.3. Na hipótese de extinção da CONTRATADA ou de qualquer de seus acionistas por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONTRATADA por deliberação de seus acionistas, instaurar-se-á processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis.

32.3.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no item 32.3 a CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização, ainda que pelos investimentos não amortizados.

32.4. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da CONTRATADA extinta entre seus acionistas, antes dos pagamentos de todas as obrigações com a CONTRATANTE e com terceiros e sem a emissão do TERMO DE DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO pela CONTRATANTE.

CAPÍTULO XV – REVERSÃO DOS BENS

CLÁUSULA 33. - REVERSÃO DOS BENS

33.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, transferidos ou disponibilizados, nos termos deste CONTRATO, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, independentemente de quaisquer notificações ou formalidades.

33.2. A reversão será gratuita e automática, com os bens em condição adequada de operação, utilização e manutenção, bem como livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos, valor residual, tributos, obrigação, gravame ou cobrança de qualquer valor pela CONCESSIONÁRIA, com as características e requisitos técnicos que permitam a continuidade da exploração das ÁREAS PÚBLICAS e ÁREAS PRIVADAS onde tenham sido realizados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

30.2.1. Todas as informações sobre os BENS REVERSÍVEIS, incluindo descrição, estado de conservação e vida útil remanescente, deverão constar do INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS a ser mantido pela CONCESSIONÁRIA ao longo de toda a CONCESSÃO e entregue, ao final, ao PODER CONCEDENTE.

30.2.2. No caso de desconformidade entre o INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS e a efetiva situação dos BENS REVERSÍVEIS, deverá a CONCESSIONÁRIA, se tal diferença estiver em detrimento do PODER CONCEDENTE, tomar todas as medidas cabíveis, inclusive com a aquisição de novos bens ou realização de obras, para que

entregue os BENS REVERSÍVEIS nas mesmas condições do INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS.

30.3. A CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização correspondente à parcela dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizada ou depreciada, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade das ÁREAS EXPLORADAS, nos casos de extinção antecipada do CONTRATO.

30.4. Caso a reversão dos BENS REVERSÍVEIS não ocorra nas condições ora estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE, devendo a indenização ser calculada nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das sanções cabíveis e execução de eventuais SEGUROS e GARANTIAS.

30.5. Os bens revertidos à CONTRATANTE deverão estar em condições adequadas de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade dos serviços objeto da CONCESSÃO, pelo prazo mínimo adicional de 05 (cinco) anos, salvo quando tiverem vida útil menor.

30.5.1. Eventual custo com estes investimentos deverá ser amortizado e depreciado antes do término da vigência do CONTRATO, não tendo a CONTRATADA direito a indenização a respeito.

30.6. Extinta a CONCESSÃO, a CONTRATANTE procederá à vistoria dos bens a serem revertidos, da qual participará um representante da CONTRATADA, destinada a verificar o estado de conservação e manutenção dos bens.

CLÁUSULA 31 – DA DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO

31.1. No caso de extinção da CONCESSÃO, a CONTRATADA deverá transferir à CONTRATANTE, ou a quem esta indicar, a posse do BEM PÚBLICO CONCEDIDO e das ÁREAS PRIVADAS onde eventualmente tenham sido realizados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

31.2. Fica facultado à CONTRATANTE, ou a quem esta indicar, sub-rogar-se nos contratos vigentes de interesse da CONCESSÃO, que tenham sido celebrados pela CONTRATADA.

31.3. Para a efetivação da devolução/transferência, os procedimentos técnicos, gerenciais e jurídicos cabíveis e as regras para devolução do BEM PÚBLICO e das ÁREAS PRIVADAS onde eventualmente tenham sido realizados INVESTIMENTOS

OBRIGATÓRIOS, à CONTRATANTE ou a terceiro autorizado, deverão obedecer o estabelecido no ANEXO IV, no que se refere ao plano de desmobilização.

31.3.1. O plano de desmobilização deve detalhar o estado de conservação e manutenção dos bens reversíveis, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por profissional habilitado.

31.4. A CONTRATANTE, para a aplicabilidade desta cláusula e para assegurar a continuidade do uso e a exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO e das ÁREAS PRIVADAS onde eventualmente tenham sido realizados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, designará Comissão de Devolução para realizar vistorias confirmatórias e garantir a transição contratual.

31.5. Após as vistorias confirmatórias, incluindo os laudos e relatórios técnicos do estado de conservação e manutenção dos bens a serem revertidos, caberá à Comissão de Devolução lavrar o competente Termo Provisório de Devolução, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do advento do termo contratual.

31.5.1. O Termo Provisório de Devolução retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS e determinará a sua aceitação pela CONTRATANTE ou indicará a necessidade de correções ou substituições sob responsabilidade da CONTRATADA.

31.5.2. Na hipótese de eventuais correções ou substituições a serem feitas pela CONTRATADA, o Termo Provisório de Devolução deverá indicar o prazo para sua execução, de forma motivada.

31.5.3. As correções e substituições realizadas com o objetivo de garantir o dever de manutenção e atualização dos bens reversíveis pela CONTRATADA não gerarão direito à indenização ou compensação em seu favor.

31.6. Ao término do prazo de vigência do CONTRATO, será lavrado o TERMO DE DEVOLUÇÃO.

31.7. Caberá à CONTRATADA retirar todos os bens não reversíveis utilizados na CONCESSÃO no prazo fixado no Termo Provisório de Devolução.

31.8. O PODER CONCEDENTE poderá incluir nos Termos Provisório e Definitivo de Devolução o direito à sub-rogação nos contratos relativos a atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como nos contratos de fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias e de projetos associados celebrados entre a CONTRATADA e terceiros, cabendo à CONTRATADA tomar as providências necessárias para aditar os contratos indicados.

31.9 A CONTRATADA, desde 6 (seis) meses antes do advento do termo contratual, não poderá realizar dissolução ou partilha do patrimônio da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), antes que o PODER CONCEDENTE, por meio do TERMO DE DEVOLUÇÃO, ateste que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.

31.10. Enquanto não expedido o TERMO DE DEVOLUÇÃO definitivo não será liberada a GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO.

31.11. Nas hipóteses de término antecipado do CONTRATO, os Termos Provisório e Definitivo de Devolução deverão ser emitidos em até 30 (trinta) dias úteis da retomada da posse do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, desde que concluída a aferição de eventuais indenizações cabíveis ao PODER CONCEDENTE e/ou CONTRATADA, aplicando-se, no que couber, as disposições desta cláusula.

CAPÍTULO XVI – SANÇÕES E PENALIDADES

CLÁUSULA 32. – SANÇÕES E PENALIDADES

32.1. O não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros fixados pela CONTRATANTE para o uso e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, bem como atrasos no cumprimento de prazos, de cronogramas de investimentos previstos nesta CONCESSÃO, em qualquer de suas fases, bem como de cronogramas físicos que forem ajustados no decorrer deste CONTRATO, inclusive o relacionado com o refazimento de obras deficientemente executadas, ou a demora no cumprimento de diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros fixados pela CONTRATANTE para o uso e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, importarão na aplicação das multas e sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

32.1.1. A aplicação da multa a que alude este item não impede que a CONTRATANTE aplique outras sanções previstas no ANEXO XXI do Edital ou na legislação pertinente.

32.1.2. As sanções administrativas serão aplicadas através de processo administrativo sancionador, conforme rito previsto na Lei Estadual nº 10.177/1998 e na Lei Federal 8.666/1993, iniciada a partir da respectiva notificação, emitida por

órgão da CONTRATANTE responsável pela Fiscalização, à CONTRATADA, garantida sua defesa prévia no prazo legal.

32.2. As multas previstas nesta cláusula serão aplicadas de acordo com o Anexo XXI do Edital.

32.3. Caso a CONTRATADA não proceda ao pagamento da multa imposta no prazo estabelecido, a CONTRATANTE utilizará as garantias prestadas nos termos deste CONTRATO.

32.4. A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO e o seu cumprimento não prejudicam, de nenhum modo, a aplicação de outras sanções previstas na legislação.

CAPÍTULO XVII – PAGAMENTOS

CLÁUSULA 33. – OUTORGA FIXA

33.1. A CONTRATADA pagará ao PODER CONCEDENTE, pelo uso e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, o valor correspondente à OUTORGA FIXA constante da PROPOSTA COMERCIAL do LICITANTE, equivalente a **R\$ _____** (_____).

33.2. O valor correspondente à OUTORGA FIXA considerou, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas e custos, tais como, tributos de qualquer natureza, despesas com material, mão-de-obra, serviços de terceiros, encargos sociais e trabalhistas, seguros legal ou contratualmente exigidos, despesas administrativas, locação de máquinas e equipamentos ou de imóveis auxiliares à obra, consumo de água, energia ou telecomunicações, depreciações e amortizações, multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos, bem como quaisquer outras despesas que possam advir, direta ou indiretamente, do uso do BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

33.3. O valor correspondente à OUTORGA FIXA será corrigido anualmente, a partir da data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou por outro que vier a substituí-lo.

33.4. O valor da OUTORGA FIXA deverá ser pago ao PODER CONCEDENTE da seguinte forma:

i) parcela única, correspondente a 100% (cem por cento) do valor da OUTORGA FIXA, como condição para assinatura do CONTRATO, paga em..... conforme depósito efetuado no Banco do Brasil S/A, na conta nº da agência

CLÁUSULA 34 – ÔNUS VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO

34.1 A CONTRATADA além da outorga fixa, deverá pagar mensalmente a partir da data de assinatura do CONTRATO:

34.1.1. ÔNUS VARIÁVEL, ao PODER CONCEDENTE, correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do seu FATURAMENTO BRUTO, excetuada a receita decorrente da exploração de comercialização de combustíveis, durante todo o prazo da CONCESSÃO.

34.1.2. ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, à CONTRATANTE, correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do seu FATURAMENTO BRUTO, excetuada a receita decorrente da exploração de comercialização de combustíveis, durante todo o prazo da CONCESSÃO.

CAPÍTULO XVIII – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA 35. - OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE E DA CONTRATANTE

35.1. Constituem as principais obrigações do PODER CONCEDENTE e da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO:

i. Assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, preservando seus direitos e os direitos da CONCESSIONÁRIA e dos usuários.

ii. Fiscalizar a boa qualidade dos Serviços.

iii. Comunicar à CONCESSIONÁRIA, imediatamente, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive quanto aos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo. Fica

facultado à CONCESSIONÁRIA, nestes casos, valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.

iv. Manter atualizada a situação das ÁREAS PÚBLICAS quanto aos aspectos imobiliários, fundiários e de registro de imóveis.

v. Comunicar a instituição financeira ou seguradora responsável pela prestação da Garantia de Execução Contratual, bem como as entidades financiadoras da CONCESSIONÁRIA, sempre que instaurar processo para decretar a intervenção, encampação ou caducidade da CONCESSÃO.

vi. Colaborar, nos limites de sua atuação institucional, com as entidades financiadoras da CONCESSIONÁRIA, para contribuir com a viabilidade do financiamento dos investimentos, de forma a possibilitar a execução integral do objeto da CONCESSÃO.

vii. Conceder à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do TERMO DE ENTREGA DE BEM PÚBLICO CONCEDIDO o direito de uso e exploração das ÁREAS PÚBLICAS, transferindo-as livres e desembaraçadas de qualquer ônus, nos termos deste CONTRATO, observado o direito de exclusividade com relação aos acessos.

viii. Envidar seus melhores esforços para colaborar com a obtenção das licenças e autorizações necessárias à CONCESSIONÁRIA, para que possa cumprir com o objeto deste CONTRATO, inclusive com a participação conjunta em reuniões e envio de manifestações eventualmente necessárias.

ix. Fiscalizar o funcionamento das demais atividades desempenhadas no COMPLEXO RODOVIÁRIO RODOANEL MÁRIO COVAS, sob sua conta e risco, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, conforme a necessidade, em condições adequadas, colaborando para a boa utilização das ÁREAS EXPLORADAS.

x. Monitorar o cumprimento dos MARCOS CONTRATUAIS pela CONCESSIONÁRIA.

xi. Realizar auditorias e fiscalizar o cumprimento de obrigações de natureza contábil, econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA.

xii. Monitorar a qualidade e desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços objeto do CONTRATO.

xiii. Analisar e decidir sobre a elaboração dos projetos e estudos de engenharia envolvidos nos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, e envidar os melhores esforços para minimizar os prazos de aprovação.

CLÁUSULA 36. - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

36.1. Constituem as principais obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido pelo ANEXO XXI do Edital:

- i. Executar o objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO, conforme estabelecido no escopo deste CONTRATO, visando ao pleno atendimento dos usuários por meio dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mediante o cumprimento das condições determinadas no ANEXO IV e, quando for o caso, dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS.
- ii. Cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização da ARTESP, nos termos do Edital e seus ANEXOS.
- iii. Cumprir e fazer cumprir integralmente o CONTRATO, em conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes, e ainda as determinações da CONTRATANTE e dos demais entes reguladores.
- iv. Realizar, por vias próprias ou mediante contratação de terceiros, todas as obras e demais adaptações especificadas neste CONTRATO, responsabilizando-se integralmente e impedindo que qualquer responsabilização recaia sobre a CONTRATANTE ou o PODER CONCEDENTE, especialmente no que se referir aos aspectos trabalhistas, previdenciários, de segurança, de medicina do trabalho e de cunho criminal, mesmo nos casos em que os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS ou INVESTIMENTOS ADICIONAIS não sejam diretamente executados pela CONCESSIONÁRIA, observados os requisitos de tempestividade e qualidade estabelecidos neste CONTRATO.
- v. Refazer, adequar ou corrigir, direta ou indiretamente, sem qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE, à CONTRATANTE ou à qualidade do objeto deste CONTRATO, toda e qualquer desconformidade com os padrões de qualidade referentes às ÁREAS PÚBLICAS estabelecidos neste CONTRATO e no PLANO DE INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, observando os prazos definidos pela e/ou acordados com a CONTRATANTE.
- vi. Elaborar todos os estudos e projetos e demais documentos necessários ao cumprimento do objeto deste CONTRATO, inclusive corrigindo projetos, na hipótese descrita no item “v.” acima, observados os prazos definidos pela CONTRATANTE e de acordo com as disposições deste CONTRATO, especialmente, o ANEXO IV do Edital.

- vii. Elaborar e submeter à CONTRATANTE o PLANO DE SEGUROS e o PLANO DE GARANTIAS, que devem detalhar as condições dos seguros e garantias que serão contratados pela CONCESSIONÁRIA, e observar o cronograma de realização dos investimentos obrigatórios previstos, de modo que assegurem, incondicionalmente, os riscos envolvidos em sua execução.
- viii. Obter tempestiva e regularmente todas as licenças, autorizações, permissões, dentre outras exigências necessárias, incluindo, mas não se limitando, à obtenção das LICENÇAS PRÉVIAS, LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E LICENÇAS DE OPERAÇÃO, necessárias ao desenvolvimento dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS.
- ix. Manter, renovando sempre que necessário, por todo o prazo da CONCESSÃO, a LICENÇAS AMBIENTAIS relacionadas à exploração dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS.
- x. Obter, aplicar e gerir todos os recursos financeiros necessários à execução das atividades e investimentos previstos no escopo deste CONTRATO.
- xi. Realizar, tempestivamente, o pagamento de todas as parcelas devidas das OUTORGAS FIXA e VARIÁVEL e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.
- xii. Recolher os tributos incidentes sobre suas atividades, bem como cumprir a legislação tributária, inclusive quando se tratar da exploração de atividades que gerem receitas acessórias, buscando meios mais eficientes, conforme os mecanismos disponíveis na legislação.
- xiii. Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução do objeto do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE, a CONTRATANTE e os terceiros por todos e quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da execução das obras e prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento do CONTRATO pela CONTRATANTE.
- xiv. Informar ao PODER CONCEDENTE e à CONTRATANTE quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

xv. Manter o PODER CONCEDENTE e a CONTRATANTE livres de qualquer litígio, assumindo o polo passivo de eventuais ações judiciais movidas por terceiros, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto deste CONTRATO.

xvi. Ressarcir ou indenizar e manter o PODER CONCEDENTE e a CONTRATANTE indenidos em razão de qualquer demanda ou prejuízo que venham a sofrer em virtude, dentre outros:

- a) De desembolsos decorrentes de determinações judiciais ou arbitrais de qualquer espécie, mesmo que acrescido de juros e encargos legais, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a usuários e órgãos de controle e fiscalização.
- b) De ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, enquanto responsável pelas atividades relacionadas ao objeto da presente concessão, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.
- c) De questões de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionadas aos empregados da CONCESSIONÁRIA e de terceiros contratados.
- d) De danos ambientais causados pela CONCESSIONÁRIA na implantação dos investimentos obrigatórios e adicionais e na exploração dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITA.
- e) De despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais venha a arcar em função das ocorrências descritas neste item.

xvii. Assegurar, a qualquer momento, o livre acesso às pessoas encarregadas pela fiscalização, ou de qualquer maneira indicadas pela CONTRATANTE, às suas instalações e aos locais onde sejam desenvolvidas atividades relacionadas ao objeto da CONCESSÃO.

xviii. Prestar prontamente todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE ou pelas demais autoridades, conforme prazo determinado pelo requerente.

xix. Observar todas as providências e obter as licenças, de autorizações ou de permissões necessárias junto às autoridades municipais, estaduais ou federais porventura envolvidas na execução do objeto da CONCESSÃO, inclusive as licenças relacionadas à legislação ambiental.

- xx. Executar as condicionantes, os programas ambientais e as medidas mitigadoras.
- xxi. Manter vigentes por todo o PRAZO DA CONCESSÃO os programas ambientais impostos pela autoridade ambiental em qualquer fase do licenciamento ambiental relacionado à exploração dos investimentos obrigatórios e/ou adicionais.
- xxii. Quando da identificação de passivos e/ou irregularidades ambientais não conhecidas pelas PARTES tomar todas as providências necessárias para demonstração e comprovação de que o fato gerador se materializou antes da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO, quando o caso.
- xxiii. Zelar pela integridade dos BENS DA CONCESSÃO, tomando as providências necessárias, conforme regramento estabelecido no EDITAL e seus ANEXOS.
- xxiv. Reparar quaisquer danos causados em vias de comunicação, tubulação de água, esgotos, redes de eletricidade, gás, telecomunicações e respectivos equipamentos, bem como em quaisquer bens de terceiros, em decorrência da execução de atividades de sua responsabilidade.
- xxv. Realizar as atividades necessárias para a remoção das INTERFERÊNCIAS que sejam necessárias para a execução do objeto deste CONTRATO, sem prejuízo do direito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, quando aplicável.
- xxvi. Aceitar e cooperar com seus melhores esforços, de acordo com o disposto na legislação e normas aplicáveis, na utilização da faixa de domínio pelas concessionárias de rodovias, bem como por outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas à prestação dos serviços que demandem a instalação de tubulação de água, esgotos, redes de eletricidade, gás natural ou telecomunicações.
- xxvii. Cumprir e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, tomando as medidas necessárias à prevenção e/ou correção de eventuais danos ambientais, independentemente de o fato gerador ter se consumado antes ou após a posse dos BENS REVERSÍVEIS.
- xxviii. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE e adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse geológico ou arqueológico, bem como superveniências de caráter ambiental ou de INTERFERÊNCIAS com concessionárias de serviços públicos.

xxix. Manter atualizado o INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS da CONCESSÃO durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, com as informações pertinentes.

xxx. Realizar todas as atividades e investimentos necessários ao perfeito cumprimento dos MARCOS CONTRATUAIS, observadas as disposições deste CONTRATO.

xxxi. Manutenção preventiva e corretiva dos acessos explorados mediante o direito de exclusividade e nos termos do EDITAL e seus ANEXOS.

xxxii. Adotar as melhores práticas definidas pela Lei Federal nº 12.846/2014, inclusive implementando os mecanismos de integridade na forma descrita artigos 41 e 42 do Decreto Federal nº 8420/2015 e no Decreto Estadual nº 60.106/2015 ou outra lei ou regramento que os substituam ou alterem.

xxxiii. Manter a limpeza das ÁREAS PÚBLICAS e PRIVADAS, inclusive providenciando a remoção de cargas derramadas, conforme EDITAL e ANEXOS.

xxxiv. A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA perdurará mesmo depois de encerrado o CONTRATO, podendo, tanto o PODER CONCEDENTE, como a CONTRATANTE, pleitear o ressarcimento por eventuais prejuízos decorrentes das obrigações previstas neste CONTRATO.

xxxv. Manter, durante a execução do CONTRATO, no que for aplicável, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

xxxvi. Celebrar e fazer cumprir Termos de Ajustamento de Conduta, de qualquer natureza, ao longo da vigência da CONCESSÃO.

CAPÍTULO XIX – DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 37. - CONTAGEM DE PRAZOS

37.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência em dias úteis.

CLÁUSULA 38. - EXERCÍCIO DE DIREITOS

38.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial de qualquer direito que assista a qualquer das PARTES por este CONTRATO, não importa na sua renúncia, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

CLÁUSULA 39. - INVALIDADE PARCIAL

39.1. Se qualquer das disposições deste CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.

CAPÍTULO XX – INTERVENIENTES-ANUENTES

CLÁUSULA 40. - RESPONSABILIDADE

40.1. A(s) interveniente(s)-anue(n)te(s) declara(m) que é(são), conjunta e individualmente, para todos os efeitos, solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA perante a CONTRATANTE e o PODER CONCEDENTE.

40.2. Os consorciados ou a empresa isolada vencedora do certame responderão, em conjunto ou isoladamente e de forma solidária, por todos os atos praticados pela SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) durante a execução deste CONTRATO.

CAPÍTULO XXI – FORO

CLÁUSULA 41. - FORO

41.1 É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO o foro da Capital do Estado de São Paulo.

CONTRATANTE

CONTRATADA

INTERVENIENTE-ANUENTE

TESTEMUNHAS: